

THAÍS CHRISTINE CHAGAS DE OLIVEIRA

**ESCOLA PÚBLICA DE TEMPO INTEGRAL: A EXPERIÊNCIA
DOS CIEPs EM AMERICANA – SP**

Campinas

2006

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**ESCOLA PÚBLICA DE TEMPO INTEGRAL: A EXPERIÊNCIA
DOS CIEPs EM AMERICANA – SP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como exigência parcial para obtenção da
Graduação em Pedagogia pela Faculdade de
Educação da Universidade Estadual de Campinas,
sob orientação do Profº Dr. Zacarias Pereira
Borges

THAÍS CHRISTINE CHAGAS DE OLIVEIRA

Banca Examinadora:

Profº Dr. Zacarias Pereira Borges

Orientador

Profª Drª Sônia Giubilei

Segunda Leitora

À Deus, "porque D'Ele, por Ele e para Ele são todas as coisas". À Ele toda a honra e toda a glória, para sempre!

Aos meus pais, Juarez e Claudia, pelo apoio e incentivo ao estudo.

Aos meus professores do CEFAM Campinas, por terem possibilitado a base necessária ao ingresso na UNICAMP.

Aos alunos que tive durante esses anos de docência, por me ensinarem que o valor da Educação não pode ser medido e nem explicado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, pelo imenso amor e sustentação. Sem Ele eu não seria!
Agradeço ao professor Dr. Zacarias Pereira Borges, pela disposição, dedicação, preciosa orientação e valiosas lições de vida, obrigada!

À professora Dr^a Sônia Giubilei, segunda leitora, pela boa vontade a que se dispôs
À todos os professores da Faculdade de Educação que muito acrescentaram à minha trajetória de formação na Graduação.

À todos os funcionários da Faculdade de Educação, especialmente à Luciane pela incansável dedicação ao seu trabalho na Coordenação de Licenciatura, à D. Ana sempre sorridente nos encorajando e auxiliando na recepção, às funcionárias da limpeza pelo cuidado e carisma com que realizam seu trabalho e aos funcionários da Informática e Biblioteca pela paciência e ajuda constantes.

Agradeço à minha família, pelo apoio, especialmente ao meu filho Hugo César pela compreensão ao dividir minha atenção com o computador e os livros, obrigada!

À minha mãe na fé, D. Dulce por suas orações e palavras preciosas nos momentos certos.

À todos que oraram pela realização deste trabalho, obrigada!

Aos funcionários da Secretaria Municipal de Educação de Americana, especialmente ao Diretor da Educação Básica, Perci Moreira pela disposição em me atender. À Equipe Gestora, à professora amiga Margareth e ao bibliotecário Éder, ambos do CIEP Milton Santos, pela contribuição em relação aos materiais impressos utilizados nesta pesquisa. Enfim, à todos que auxiliaram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

“... estão as escolas primárias multiplicando os seus turnos e reduzindo, conseqüentemente, o seu esforço educativo; ...”

ANÍSIO TEIXEIRA, 1954

RESUMO

Na década de 1980, o sonho do educador Darcy Ribeiro de construir uma escola inovadora, crítica, prazerosa e diferente materializou-se com a vitória de Leonel Brizola nas eleições para o governo do Rio de Janeiro. Educadores cariocas, reunidos pela coordenação de Darcy, elaboraram para o governo de Brizola um projeto educacional que tinha como eixo central a implantação de escolas de tempo integral em todo o estado. Assim surgiram os Centro Integrados de Educação Pública (CIEPs), escolas de turno único voltadas principalmente para crianças oriundas das camadas mais pobres e carentes da população.

Ao final da década de 1980, em Americana – SP, a implantação dos CIEPs fazia parte do programa de governo do prefeito Waldemar Tebaldi, em meio à muita polêmica quanto ao investimento pesado para implementação dessa proposta de educação em tempo integral. Em 1991 foram inaugurados os primeiros CIEPs da cidade. Ao final de 2006, são seis escolas funcionando nesses moldes no município paulista com adaptações ao projeto original dos CIEPs no Rio de Janeiro.

O propósito deste trabalho é apresentar conceitos relacionados à Educação Integral, características próprias do funcionamento dos CIEPs de Americana – SP e questões relacionadas à gestão dessas escolas de tempo integral, pela Secretaria Municipal de Educação.

SUMÁRIO

Introdução	7
Capítulo I – Breve História dos Centros Integrados de Educação Pública - CIEPs - como projeto político partidário	13
1.1 - A experiência fluminense	15
1.2 - A experiência paulista	21
Capítulo II – A Educação na cidade de Americana	26
2.1 - Um pouco da história da educação do município de Americana: de salas de aula improvisadas no interior de fazendas às construções “faraônicas” dos CIEPs	27
2.2 - Os CIEPs Americanenses	31
2.2.1 - Proposta Pedagógica e Currículo	38
2.2.2 - Sistema de Ciclos, Ensino Fundamental com 9 anos de duração e Avaliação	43
2.2.3 - Gestão democrática da escola, os CECs (Conselho Escola-Comunidade) e Conselhos de Classe (Pré-Conselho entre a Equipe Pedagógica dos CIEPs e seus alunos)	50
2.2.4 - Equipe interdisciplinar, Plano de Carreira e Salários dos Integrantes do Quadro do Magistério Público Municipal e Formação Continuada	52
Capítulo III – Quanto custa o investimento em educação na cidade de Americana?	57
Considerações Finais	63
Referências Bibliográficas	66

INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa, “Escola Pública de Tempo Integral”, foi pouco investigado no Brasil até o início do século XXI, porém, essa modalidade de ensino tem sido cada vez mais idealizada pelos gestores educacionais, tornando-se uma tendência da educação contemporânea. Em contrapartida, a história da educação brasileira nos mostra que a implementação da Educação de Tempo Integral através de políticas públicas destinadas à esse fim é um projeto educacional de difícil execução, especialmente pelo investimento financeiro que é necessário para o oferecimento desse atendimento.

É importante observar que os conceitos de Educação Integral e de Educação em Tempo Integral confundem-se e foram construídos em contextos diferentes. Porém, para analisar a relação existente entre esses conceitos torna necessário conhecer o contexto que os construíram. O conceito de Educação Integral surge no século XIX, em plena modernidade. Esse conceito é decorrente da idéia de emancipação humana buscada no socialismo, em que se daria o fim da exploração e dominação capitalista. A idéia do fim das imposições ao homem fora defendida pelo Movimento Anarquista, onde a educação e a instrução são fundamentais para a conquista da liberdade, pois destroem os conceitos criados pela burguesia para manter a estrutura social de exploração. Bakunin, Kropotkin, Proudhon e Malatesta foram alguns pensadores do Movimento Anarquista que estabeleceram relações, partindo de conceitos políticos, para elaboração das bases teóricas da Educação Integral, que foram concebidas e experimentadas no interior de instituições escolares por Paul Robin (Orfanato Cempuis), bem como Ferrer i Guardiã (Escola Moderna de Barcelona). Eles foram alguns dos que adotaram princípios em que a educação primária era privilegiada como base para formação integral desejada. Ações educativas que enfatizavam múltiplas atividades artísticas como música, dança, escultura, pintura e literatura, que desenvolviam não só o gosto pela produção cultural, como também habilidades manuais e corporais, somadas às preocupações com a saúde física dos alunos e com a instrução profissional, fundamentam a Educação Integral nos moldes anarquistas.

No Brasil, a influência dos pensamentos anarquistas na educação dos anos 30 a 60 do século XX é destacada na presença do educador Anísio Teixeira, que defendia a implantação de instituições escolares que teriam como meta a Educação Integral. As teorias de Anísio Teixeira, porém são fundamentadas nas premissas educacionais de Dewey e Kilpatrick, dentro do movimento conhecido como Escola Nova, que reivindicava uma escola pública, gratuita, obrigatória e leiga que assegurasse o direito individual de educação integral sem distinção de classes e situação econômica. Tal movimento representa a tomada de consciência por parte dos educadores da década de 1930, de adequação da educação ao tipo de sociedade e à forma assumida pelo desenvolvimento brasileiro desse período, ou seja, conscientes da defasagem entre a educação e o desenvolvimento. Anísio propunha que a escola educasse, formasse hábitos, cultivasse aspirações e preparasse a criança para sua civilização. O educador criou, na década de 1950, em Salvador, no estado da Bahia, uma escola em tempo integral, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Porém, antes disso, ainda nos anos da década de 1930, no estado do Rio de Janeiro, Anísio Teixeira implantou em uma de suas escolas experimentais -a Escola México- uma experiência de semi-internato.

As propostas educacionais do educador Anísio Teixeira ampliaram a função da escola, dando à educação um papel social e cultural de destaque na sociedade: Educação Integral que não se restringe a ensinar a ler, escrever e contar, mas desenvolve na criança uma série de hábitos. A transformação das escolas em “casas de educação” que dariam aos alunos oportunidade de apropriarem-se de elementos básicos da cultura nacional é um dos desafios da proposta anisiana para a educação. O “regime de semi-internato”, hoje conhecido como educação de tempo integral, tinha um horário escolar diário com início às 7:30h estendendo-se até às 16:20h. O ensino em “regime de semi-internato” era voltado aos mais pobres que não tivessem em suas casas assistência necessária para uma vida digna e justa. Podemos perceber que os conceitos de Educação Integral e de Educação em Tempo Integral fundamentam-se em princípios políticos-ideológicos de natureza semelhantes, como nos mostram as experiências educacionais existentes na história da educação, fazendo com que ambos se confundam e também se complementem. A expansão do horário escolar não era exigência pedagógica e nem social dos anos 30, uma vez que

os primeiros movimentos a favor da educação no Brasil surgiram nesse momento, reivindicando a ampliação do oferecimento de um ensino de qualidade. Porém, a extensão do tempo escolar diário propicia o desenvolvimento de uma proposta de educação integral que se buscava implementar nessa época.

A Educação Integral promovida por Anísio Teixeira é a inspiração para a Educação em Tempo Integral nos dias de hoje, vista como uma possibilidade de se construir no futuro uma escola primária de boa qualidade (CHAVES, 2002)¹. É nesse sentido que surgem os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), inicialmente no estado do Rio de Janeiro, na década de 1980, com o objetivo de trabalhar com educação integral em tempo integral. Tratava-se de um projeto político elaborado pela liderança nacional do Partido Democrático Trabalhista (PDT), representada por Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, implantado no primeiro governo de Brizola naquele estado (de 1983 à 1986). Mais tarde, no início dos anos 90 do século XX, fora implantado na cidade de Americana, no interior do estado de São Paulo, na gestão de Waldemar Tebaldi (de 1989 à 1992) como prefeito eleito nesta cidade pelo mesmo partido político.

A experiência da cidade de Americana no oferecimento de Ensino Fundamental em período integral nos CIEPs é objeto dessa pesquisa, pois tendo a oportunidade de atuar como docente em uma experiência concreta de Escola Pública de Tempo Integral, os CIEPs (Centro Integrado de Educação Pública) da cidade de Americana – SP em 2005, pude conhecer alguns aspectos peculiares da realidade desse projeto educacional que me levaram a estabelecer relações entre o oferecimento do Ensino Fundamental em períodos parciais e em período integral. Da comparação entre essas duas modalidades de oferecimento do Ensino Fundamental que a docência em ambas me proporcionou, surgiram algumas inquietações em relação ao custo da manutenção de escolas de Ensino Fundamental que funcionam em períodos parciais e de escolas que funcionam em período integral.

À princípio me preocupei em realizar nessa pesquisa uma crítica ao investimento financeiro pesado nos CIEPs, porém pude ter uma visão mais abrangente sobre o tema pesquisado à medida

¹ CHAVES, Miriam Waidenfeld. **Educação Integral: uma proposta de inovação pedagógica na administração de Anísio Teixeira no Rio de Janeiro dos anos 30**. In: COELHO, Lúcia Martha Coimbra da

em que busquei conhecer e entender o complexo sistema de financiamento da educação, através da legislação que vigora no Brasil. O estudo dessas leis me instigou a compreender verdadeiramente essa nova realidade educacional na qual estava inserida. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) estabelece que o Ensino Fundamental deve ser ministrado progressivamente em tempo integral à critério dos sistemas de ensino (cap.II, art. 34). A preocupação em torno dos recursos financeiros para implantação de escolas de horário integral está centrada nos recursos, previstos por lei (FUNDEF- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental-Lei 9424/96), às prefeituras e os gastos reais que surgem na expansão do horário de atendimento escolar.

A legislação educacional sugere a expansão do tempo de permanência dos alunos no Ensino Fundamental, porém não assegura recursos financeiros destinados à tal implementação. Partindo dessa constatação, alguns questionamentos surgiram de minha inquietação frente à nova realidade educacional que eu vivenciava.

As questões surgidas que problematizaram o tema para essa pesquisa foram:

- O que justificaria a implantação e permanência de propostas de oferecimento de ensino público em período integral, como os Cieps da cidade de Americana, mesmo em condições financeiras tão adversas?
- Existe diferença entre o custo de manutenção das escolas públicas que oferecem o Ensino Fundamental em períodos parciais e o custo de manutenção das escolas públicas que oferecem o Ensino fundamental em período integral? Se essa diferença existe, quais seriam os fatores que implicam tal diferença?

Buscando respostas a tais questões, faz-se necessária análise de dados reais quanto aos recursos financeiros recebidos e os gastos existentes no oferecimento do Ensino Fundamental em períodos parciais e em período integral. Tendo acesso ao orçamento da Secretaria Municipal de Educação e realizando entrevistas com seus gestores educacionais sobre os recursos financeiros recebidos e os gastos existentes no oferecimento do Ensino Fundamental no município de Americana-SP nas escolas que funcionam em períodos parciais e em período integral, pretende-se

conhecer as implicações de ambas modalidades de ensino para a administração pública e a visão política que há por trás da implantação e permanência de um projeto educacional de Escola Pública de Tempo Integral, como os CIEP's de Americana.

Essa pesquisa está dividida em três etapas. Na primeira etapa, farei um levantamento histórico dos CIEPs, como projeto político do Partido Democrático Trabalhista implantado no estado do Rio de Janeiro e na cidade de Americana, no estado de São Paulo. Entrarei nas implicações da experiência de Americana com profundidade, caracterizando sua Rede Municipal de Ensino Fundamental, incluindo, portanto os CIEP's como experiência concreta de ensino público oferecido em período integral, através da busca por informações em publicações e documentos da Secretaria Municipal de Educação, na legislação municipal e em pesquisas científicas já realizadas sobre os CIEP's, pretendo apresentar o contexto educacional do município em questão. Na segunda etapa, serão apresentados as informações e dados obtidos sobre o financiamento da educação brasileira, analisando aspectos específicos da gestão dos recursos financeiros pela Secretaria Municipal de Educação de Americana. Essas informações específicas serão buscadas junto aos gestores educacionais do município em entrevistas e conversas informais bem como através da análise de dados coletados por meio de divulgação orçamentária da prefeitura de Americana no site que mantêm na internet. Em seguida, na terceira etapa desta pesquisa, serão feitas considerações finais sobre todas as informações levantadas durante a realização deste trabalho, voltando às questões que impulsionaram essa pesquisa.

Capítulo I

Breve história dos Centros Integrados de Educação Pública-CIEPs- como projeto político partidário

É válido para o desenvolvimento desse trabalho voltar à origem dos CIEPs, buscando a compreensão do contexto social, político e educacional existente na época do surgimento desse

projeto, para relacionarmos os fatos às ideologias do momento histórico nos quais os CIEPs foram criados.

A década de 1980 foi um período de transição e transformação em todos os setores institucionais do Brasil. A economia do país em recessão fazia crescer o desemprego e a miséria. Os movimentos migratórios aumentavam ainda mais a massa dos marginalizados nas grandes cidades. Foi também um período marcado por mobilizações e greves, culminando no fim do regime de ditadura militar instalado no Brasil desde 1964, trazendo de volta a democracia e a necessidade de restauração dos diversos segmentos da sociedade. No segmento educacional a reorganização teve nos debates, na realização de congressos e nas associações de educadores a defesa de um ensino público de qualidade, trazendo reflexos e mudanças na política educacional do país. A nova legislação partidária da década de 1980, propiciou o surgimento de vários partidos políticos, dentre eles o PDT- Partido Democrático Trabalhista, sob a liderança de Leonel de Moura Brizola, pretendendo resgatar a herança populista-getulista (Borges,2002)². Os educadores encontram nos partidos recém formados veículos para mudanças e muitas propostas foram implantadas em alguns estados. Estudos e dados estatísticos realizados nessa época, na área de política educacional, apontavam deficiências a serem superadas no ensino público pelos novos governos³. Com o restabelecimento do sistema de eleições diretas para prefeitos e governadores, Brizola foi eleito governador do estado do Rio de Janeiro por seu partido, que defendia uma reforma educacional que reorganizasse a rede escolar pública e assegurasse o ensino gratuito. Sendo o pouco tempo diário da criança na escola apontado como um dos agravantes da má qualidade de ensino então existente, o prolongamento desse tempo aparece como alternativa a ser implantada pelos projetos educacionais dos novos governos estaduais e experiências de escolas públicas de tempo integral nascem desse contexto em estados como São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro. Os CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública) surgem neste último, sob essas concepções, conforme nos afirma Stock⁴:

² BORGES, Zacarias, Pereira Borges. **Política e Educação: análise de uma perspectiva partidária**, p.26.

³ Em 1980, a taxa de escolarização da população de 7 a 14 anos era de 80%. Dos alunos que ingressavam na 1ªsérie, apenas 58% passavam para a 2ªsérie, sendo de 42% a porcentagem dos alunos que eram reprovados ou que evadiam a escola já no início do 1ºgrau. CUNHA, Luiz Antonio, 1995.p.34-35.

⁴ STOCK, Suzete de Cássia Volpato.p.24.

“Além das posições partidárias, várias experiências com vista a melhorar a qualidade do ensino no país, sendo as mais conhecidas: o Edurural (Programa de expansão e melhoria do ensino rural), o CB (Ciclo Básico, nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), o CIEP (Centro Integrado de Educação Pública, no estado do Rio de Janeiro) e, sem um nome específico, no estado do Paraná (aumentou-se o tempo escolar diário do aluno)”. (STOCK, 2004)

O governador Brizola tomou posse em 1983, trazendo a educação como prioridade em seu programa de governo, respondendo à ideologia do Partido Democrático Trabalhista, que em seu Estatuto aponta a educação como compromisso básico:

“... Educação, causa da salvação nacional, prioridade das prioridades: alimentar, acolher e assistir a todas as crianças do país, desde o ventre materno; educá-las e escolarizá-las em tempo integral, sem qualquer tipo de discriminação”.

Brizola atribuía a má qualidade de ensino aos vários turnos existentes nas escolas que não proporcionavam o tempo necessário aos alunos para aprender na escola, enfatizando a importância de um inovador sistema educacional. Calcado nesses princípios, surgiram os CIEPs, na primeira gestão de Leonel Brizola como governador do Rio de Janeiro.

1.1- A experiência fluminense

“Só existirá uma democracia, no Brasil, no dia em que se montar no Brasil a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública. Mas não a escola pública sem prédios, sem asseio, sem higiene e sem mestres devidamente preparados e, por conseguinte, sem eficiência e sem resultados. Não a escola mais ou menos abandonada, sem prestígio social, ferida em suas forças vivas de atuação moral e intelectual e existindo graças à penosa e quase única abnegação de seus modestos servidores. E sim a escola pública rica e eficiente, destinada a preparar o brasileiro para vencer e servir com eficiência dentro do país. Essa nova escola pública -menina dos olhos de todas as verdadeiras democracias- não poderá existir no Brasil, se não mudarmos a nossa orientação a respeito dos orçamentos do ensino público. Precisamos – e por aí é que há de inferir a sinceridade pública dos homens brasileiros- precisamos constituir fundos para a instrução pública, que esteja não só ao abrigo das contingências orçamentárias normais, como também que permitam acréscimos sucessivos, independentemente das oscilações de critério político de nossos administradores” .

Anísio
Teixeira⁵

⁵TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil: textos selecionados**. Rio de Janeiro: MEC, 1976.

Leonel Brizola governou a partir de 1983 o estado do Rio de Janeiro tendo como Vice-Governador e Secretário de Estado de Cultura, Ciência e Tecnologia o antropólogo e educador Darcy Ribeiro e é possível afirmar que foi através do pensamento pedagógico deste que o PDT desenvolveu, entre 1982 e 1985, uma linha própria de política educacional. Em 1984, Darcy publicou "Nossa escola é uma calamidade" denunciando a crítica situação do ensino, buscando resgatar fatores histórico-culturais numa tentativa de explicar o fracasso da educação brasileira. Sua ideologia influenciada grandemente pela teoria do movimento escolanovista, em especial pelas idéias do educador Anísio Teixeira, apontaram as metas discutidas por professores e intelectuais, que deram origem ao PEE- Programa Especial de Educação- marcando a fase de planejamento e construção do Projeto CIEPs. Posteriormente, deu-se a fase de implantação do projeto, com a inauguração de cento e cinquenta CIEPs em todo estado do Rio de Janeiro, no período de abril de 1985 à março de 1987. O projeto CIEP é retomado em 1991, quando Leonel Brizola retorna ao governo do estado do Rio de Janeiro e através do 2º PEE, também sob orientação de Darcy Ribeiro, inaugura novos CIEPs quase chegando ao número de quinhentas unidades em todo estado.

Dado ao sucesso alcançado por Brizola com a construção dos CIEPs, os demais políticos voltaram suas atenções para a educação popular, conforme declara Ghiraldelli, afirmando também que:

"Os CIEPs...apesar de sobrepor uma rede paralela de ensino à rede já existente, trouxe de fato oportunidades para uma teorização calcada em números e dados a respeito das possibilidades da escola de tempo integral".

GHIRALDELLI⁶.

Sendo assim, os CIEPs surgem com uma proposta de um atendimento de oito horas aos alunos com concepções administrativas próprias. Além da marcante característica de atendimento em tempo integral, o CIEP inovou porque tinha como eixos centrais de sua proposta a transdisciplinaridade, a exploração das várias formas de linguagem como formas de expressão do aluno, a gestão democrática das escolas por meio dos CECs (Conselho Escola Comunidade) e

⁶ GHIRALDELLI JR., Paulo.1991.p.

articulação da educação com cultura pelo trabalho dos animadores culturais⁷. A arquitetura de seus prédios foi desenvolvida por Oscar Niemeyer, solicitado pelo professor Darcy Ribeiro para elaborar um projeto de construção de uma escola cujo espaço comportasse o atendimento em tempo integral e que, com baixos custos e montagem acelerada possibilitasse multiplicação rápida dessa escola, criando então o que Brandão (1989) chamou de “*rede paralela de impacto*”, uma rede de ensino de impacto nacional.

O projeto criado pelo arquiteto tratava-se de um prédio erguido com seis peças pré-fabricadas de concreto armado. O CIEP Padrão possuía três blocos. No bloco principal, com três andares, ficavam as salas de aula, um centro médico, a cozinha, o refeitório e as áreas de recreação. No segundo bloco ficavam o salão polivalente, com ginásio coberto, quadra, arquibancada e vestiários. O terceiro bloco com forma octogonal, abrigava a biblioteca e sobre ela as moradias para os alunos residentes⁸. Os CIEPs foram instalados preferencialmente em regiões mais carentes. Usando o argumento da dimensão de alguns terrenos destinados à construção destas escolas, foram edificadas também CIEPs Compactos que tinham apenas o prédio principal, sendo no térreo, a quadra coberta, os vestiários, a biblioteca e as caixas d’água. O governo de Brizola criou o sistema de construção de escolas em série. Para tanto, uma fábrica especializada fazia parte do PEE, a “*Fábrica de Escolas*”.

A criação de uma escola pública de horário integral através da implantação volumosa dos Centros Integrados de Educação Pública repercutiu nacionalmente, dando origem à vários debates e teses, ora com pontos a favor, ora contra as concepções e características peculiares de tal política educacional, como nos coloca Stock:

“Falar de CIEP é gerar polêmica. É um incessante questionamento por parte de professores e da sociedade. É motivo de defesa de idéias e choque de opiniões”. STOCK, 2004. p.20.

⁷ Essas características do modo de funcionamento e as atividades desenvolvidas nos CIEPs serão aprofundadas mais adiante no Capítulo II do presente trabalho, quando relatarei a experiência dos CIEPs na cidade de Americana, especificamente.

⁸ Os CIEPs do estado do Rio de Janeiro mantinham duas famílias de pais sociais que cuidavam de até vinte e quatro alunos alojados para ali residirem por um prazo máximo de um ano, em caso de necessidade. Esse programa visava o atendimento de alunos cujas famílias enfrentavam situações emergenciais, para as quais

O meio acadêmico foi procurado e convidado por Darcy Ribeiro para participar de debates sobre os projetos para a educação do governo de Brizola, pois sendo um acadêmico, valorizava pesquisas e estudos sobre o tema. Porém, por ser polêmico em suas convicções e associações partidárias, houve atrito entre Darcy e o meio acadêmico. Sobre ele pesaram também crítica à atitude frente à pasta da Educação no estado, de resumir suas ações ao projeto e implantação dessas escolas de tempo integral.

Outra polêmica envolvendo a criação dos CIEPs do Rio de Janeiro diz respeito ao pesado investimento reservado à Educação, que convertido em moeda americana no ano de 1984, alcançava o valor aproximado de 60 milhões de dólares, levando à indignação a opinião pública da sociedade, uma vez que outros setores do estado se encontravam abandonados e sem recursos suficientes. A mídia no Brasil, especialmente a televisão, divulgava os CIEPs sugerindo que o governo de Leonel Brizola consistia em dar aos pobres, escolas de rico. Somada às polêmicas surgidas na época, levaram ao aumento do número de CIEPs implantados por ocasião da segunda gestão de Brizola, em 1991, alcançando o número de quinhentas unidades.

Nesse meio tempo, entre o final de sua primeira gestão (1986) e o início de sua segunda gestão (1991), governou o estado do Rio de Janeiro Wellington Moreira Franco, do PMDB-Partido do Movimento Democrático Brasileiro-, que fora eleito vencendo o candidato à sucessão governamental de Brizola, Darcy Ribeiro. Durante o governo de Moreira Franco a continuidade do projeto CIEP foi interrompida, apesar de seu discurso eleitoral de defesa às escolas de tempo integral como importante conquista do povo fluminense. O novo governo estadual abandona e descaracteriza a proposta original dos CIEPs. Moreira Franco convidou alguns intelectuais para comporem a pasta da Educação que defendiam a igualdade de condições para todas as escolas, prejudicando portanto o período integral que requer ações específicas para se desenvolver, como veremos mais adiante no Capítulo II deste trabalho. Com isso, alguns CIEPs foram fechados, as que ainda não funcionavam na ocasião do início do governo de Moreira Franco, foram abandonadas e houve o desmonte do horário integral. Já em 1986 houve a transferência de 101 CIEPs, que se localizavam na capital do estado, cidade de Rio de Janeiro, à rede da prefeitura.

esse recurso pudesse evitar a evasão escolar. Todo esse programa de alunos residentes era acompanhado

Embora diferentes partidos políticos tenham assumido o município em quatro gestões diferentes até os dias de hoje, esses CIEPs mantiveram a vigência do turno integral e o mínimo de estrutura necessária à sua execução⁹, ocorrendo mudanças relativas à tendência à equiparação da prática pedagógica, recursos e estrutura administrativa dos CIEPs em relação às demais escolas da rede municipal de ensino da cidade do Rio de Janeiro¹⁰. Neste contexto, Saturnino Braga um dos prefeitos que assumiu o governo municipal da capital do Rio de Janeiro, afirmou que:

“... Toda política educacional é determinada pelo seu orçamento. Sem verbas não se faz Educação. Esse é um dos perigos que vivem hoje os CIEPs, no município. Sem destinação de verba própria, correm o risco de desaparecer enquanto proposta original”. STOCK, 2004. p. 45.

A descontinuidade de projetos da esfera pública, incluindo-se políticas públicas em Educação, instituídos pelo governo de um determinado partido político, está relacionada a questões de ideologia partidária que acabam prevalecendo em detrimento da questão pública, acarretando muitas vezes em desperdício de dinheiro público. É o que aponta Cunha:

“...Mais que uma ambigüidade inerente ao processo de construção da democracia, no caso brasileiro, tal contradição retira sua força justamente do caráter difuso dos sujeitos políticos, em especial dos partidos, que não apresentam plataformas consistentes que sirvam de guia para a ação administrativa por mais de uma gestão,...”. CUNHA, Luiz Antonio (1995). p.482-3.

De fato, toda polêmica envolvendo a implantação dos CIEPs no estado do Rio de Janeiro permanece nos dias de hoje. Debates, pesquisas e fóruns de discussão são realizados atualmente, levantando importantes reflexões sobre essa relevante experiência da história da educação brasileira.

diretamente por assistentes sociais. PARO, Vitor Henrique.1988.p.122-131.

⁹ CAVALIERE (2002), em seus estudos aponta que em 10 das 20 unidades municipais dos CIEPs (construções originais) que por ela foram visitadas em sua pesquisa de campo, foi possível detectar falta de manutenção e até mesmo abandono das partes externas destas escolas.p.104.

¹⁰ Ainda, segundo CAVALIERE (2002), as escolas de tempo integral constituem 15,8% do sistema municipal da cidade do Rio de Janeiro, atendendo à população mais pobre e desassistida do município. A maior parte dos CIEPs localizados no interior do estado do Rio de Janeiro permanecem sob gestão estadual, embora muitos tenham sido municipalizados e descaracterizados da proposta inicial ao longo dos anos.

Para finalizar o relato da história dos CIEPs no estado do Rio de Janeiro, considero pertinente expor trechos de um escrito do professor Darcy Ribeiro¹¹, grande idealizador do projeto, em que descreve a experiência e seus resultados. É o “criador” divulgando sua “criatura”:

Palavras de Darcy Ribeiro

“Sou um homem de sorte, tive muitas alegrias na vida. Nenhuma maior, porém como a de conduzir o Programa Especial do Rio de Janeiro, que foi e é o mais amplo e ambicioso empreendimento realizado no Brasil. Devo esta alegria a Leonel Brizola, mesmo porque minhas idéias educacionais são as defendidas há cinqüenta anos pelos melhores educadores brasileiros.

Nenhum deles teve, porém, aquilo com que contei: o total apoio de um estadista da educação com a coragem de investir um bilhão e duzentos milhões de dólares neste Programa, que absorveu 54,91% do orçamento do Rio em 1993.

No plano numérico alcançamos e superamos a meta de edificar os 500 CIEPs. Eles aí estão como grandes escolas magnificamente projetadas por Oscar Niemeyer, implantadas em amplos terrenos, funcionando como educandários e como dinâmicos centros culturais e civilizatórios para as populações de periferia metropolitana a que servem prioritariamente. Com efeito, os CIEPs abrem nos fins de semana para a população circundante, seus ginásios cobertos, seus campos de futebol e suas cinqüenta piscinas, para práticas esportivas e para festividades. O mesmo ocorre com suas bibliotecas-mais de 500, com cerca de 500 obras bem selecionadas, proporcionando boa leitura. Tudo isso sob a orientação de animadores culturais que passaram a ser uma figura nova nas escolas do Rio, ao lado dos tele-educadores e dos professores de informática...

...Nossa conquista mais importante, entretanto, reside na preparação do magistério e na elaboração do material didático, tanto impresso, como em vídeo-cassete e em disquetes...

...Esta preparação prático-teórico do professorado das diretoras e do pessoal de serviço, permitiu elevar acima de qualquer expectativa o rendimento escolar dos alunos nos CIEPs...

...O êxito alcançado pelos Cieps, enquanto de tempo integral, de dedicação exclusiva para alunos e professores, demonstra factualmente o erro cruel em que incidem aqueles que insistem em manter o sistema de turnos, que é a perversão brasileira. Nossas crianças não são melhores do que as de todo o mundo civilizado, que julga indispensável uma escola de dia completo para que sua infância se integre no mundo letrado. Em conseqüência, não há outro caminho para que o Brasil venha, um dia, a dar certo que o de generalizar a educação tipo CIEPs... Demonstramos exaustivamente que toda a infância brasileira é capaz de ingressar no mundo das letras... se lhes forem dadas algumas ajudas fundamentais. Primeiro, uma escola de dia completo; segundo uma escola suficientemente ampla para que passem o dia estudando, fazendo exercícios físicos e brincando; terceiro, uma dieta alimentar balanceada, banho diário, assistência médica e dentária, além de uma hora de estudo dirigido.

O custo mensal por alunos destes serviços, contabilizados nos CIEPs, é de 44,53 dólares, sendo 13,94 para custear a merenda, 4,24 para uniformes e 4,16 para saúde e esporte. Estes custos, aparentemente altos, na verdade são mais baixos do que a escola pública que se oferece à infância brasileira, porque o rendimento escolar se mede é por produto, correspondente ao número de crianças que completam o curso, e que nos CIEPs é três vezes superior...

O balanço de nosso Programa Estadual de Educação quebra vários preconceitos e esclarece várias questões cruciais, tergiversada freqüentemente por esta pedagogia alienada e vadia que se cultiva no Brasil.

Comprovou, primeiro, que a culpa do fracasso da criança pobre em nossas escolas não é das crianças, mas da escola, que de fato só é adequada para alunos que venham de famílias que tiveram escolaridade...

...Em conclusão, me dou o gosto de afirmar que com os CIEPs nós educadores, começamos nos aproximar da massa maior da infância brasileira, com a capacidade de vê-la tal

¹¹ CHAGAS, Tatiana, **CIEPs- exemplo para o Brasil**. (Artigo publicado na página que o PDT- Partido Democrático Trabalhista- mantém na Internet.

qual é e de ajudá-la a superar, pela educação, suas deficiências, para si própria e para o Brasil...O crime maior que viemos cometendo e em que tantos idiotas ainda persistem é oferecer a essa multidão de crianças uma escola de turnos totalmente inadequada às suas necessidades. Tomam a minoria ínfima de classe média que, a rigor, nem precisariam dela como seu verdadeiro aluno, porque é o único capaz de progredir numa escola de turnos. O que chamamos evasão escolar não é mais do que expulsão da criança pobre por uma escola que rejeita e maltrata a imensa maioria de seus alunos”.

(Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, março de 1994)

1.2- A experiência paulista

A experiência paulista na implantação dos CIEPs nos moldes da experiência no Rio de Janeiro, deu-se em Americana, cidade do interior do estado de São Paulo, sendo fruto da iniciativa política do prefeito Waldemar Tebaldi, durante sua segunda gestão à frente do governo municipal (1989/1992). Em seu programa de governo, Tebaldi coloca os CIEPs como prioridade absoluta, semelhantemente à experiência fluminense. Esse não é o único ponto em comum de ambas experiências na implantação do projeto CIEP. Todas as semelhanças são fundamentadas na questão política partidária, uma vez que Waldemar Tebaldi fora eleito pelo partido de Leonel Brizola (PDT) três vezes para o cargo de Prefeito Municipal da cidade de Americana, sendo na sua primeira gestão eleito pelo PMDB.

A implantação dos CIEPs na cidade foi justificada por Tebaldi (PDT) principalmente pela falta de vagas em algumas escolas estaduais, pela estrutura social de Americana que na década de 1990 era precária, com graves problemas sociais. Apesar do perfil estritamente industrial do município, destacando-se o setor têxtil, que viabilizava, portanto, arrecadação razoável de recursos financeiros que supostamente pudessem superar tais problemas, dentre estes, encontravam-se as questões educacionais. Mas foi justamente esse perfil industrial que atraiu para a cidade migrantes de várias regiões do estado de São Paulo e do Brasil, fazendo com que, no final dos anos 90, as submoradias (moradias erguidas sem o mínimo de infra-estrutura básica) se multiplicassem. Alguns desses migrantes viviam nas ruas, sendo comum encontrar crianças desnutridas, sem condições de higiene e sem freqüentar escolas. Esse aumento da população na cidade, especialmente na periferia, acarretava a falta de vagas nas escolas. Embora o diretor do Departamento de Educação na época, Herb Carlini, divulgasse que a cidade sofria, na verdade,

com a superlotação das escolas em algumas regiões. Como consequência disso, no interior dessas escolas havia classes com número de alunos além do que o espaço físico e a legislação permitem, sendo dificultado, por conta dessa situação, o desenvolvimento de um ensino de qualidade.

Como já fora tratado no item anterior deste trabalho, a implantação dos CIEPs no Rio de Janeiro gerou polêmica e em Americana não foi diferente. A escolha dos locais para construção dos CIEPs foi alvo de crítica, pois os adversários políticos do governo municipal colocavam que o critério para tais escolhas tinha fundamentos políticos e não educacionais. Os políticos locais acreditavam que cada região da cidade pertence a determinado partido ou a determinado político. Esse fator se fortalece quando na ocasião das eleições, a contagem de votos por região confirme que há a predominância de certos partidos ou determinados políticos, dependendo dos bairros. Tradicionalmente, na cidade, essa contagem de votos por região afere que o bairro São Vito e São Manoel, junto com o centro da cidade são PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) ou PSDB (Partido Socialista Democrático Brasileiro) e o bairro Antonio Zanaga e outros periféricos são Tebaldi e indiretamente PDT (Partido Democrático Trabalhista). A construção de um CIEP no bairro São Vito, para os partidos de oposição ao PDT, não passou de estratégia de Waldemar Tebaldi para projetar politicamente seu partido naquela região, já que, segundo os opositores, o bairro possuía escolas estaduais suficientes para atender a demanda de alunos das imediações do bairro São Vito. (Stock, 2002) p. 92.

Em meio às polêmicas e oposições, as autoridades da rede oficial de ensino na época aprovaram a implantação dos CIEPs, pois suas unidades solucionariam os problemas de superlotação das escolas estaduais. A definição da necessidade de novas unidades escolares dava-se em reuniões da Delegacia de Ensino de Americana para avaliar a demanda escolar com diretores de escolas que apontavam os dados de cada bairro/região. Cabia à Delegacia de Ensino encaminhar os dados às autoridades competentes.

Todo o levantamento de informações acerca do contexto em que se deu a implantação dos CIEPs em Americana, é fruto da pesquisa realizada por Stock junto aos jornais impressos de circulação na cidade e na região. Em seu trabalho, a pesquisadora conclui:

“Apesar da mídia apoiar, talvez indiretamente e sem intenção a iniciativa de implantação dos CIEPs em Americana através das reportagens que mostravam a estrutura econômica e social da cidade, e a falta de vagas justificar a construção de novas escolas, há indícios de que a amizade entre o prefeito e o governador Brizola, tenha sido fator definidor que mobilizou o prefeito Waldemar Tebaldi a trazer os CIEPs para a cidade”. Stock, 2004. p.93

Os CIEPs do bairro Antonio Zanaga e São Jerônimo foram inaugurados em 1991. Já os CIEPs dos bairros São Vito e Cidade Jardim foram inaugurados ao final da segunda gestão de Tebaldi frente ao governo municipal de Americana, em 1992. Curiosamente, como ocorreu com Brizola no Rio de Janeiro, Waldemar Tebaldi não elegeu seu sucessor político, professor Herb Carlini e na gestão seguinte ao seu mandato fora eleito Frederico Pólo Muller (PMDB), que não teve os CIEPs como prioridade em sua administração. Em 1997, Waldemar Tebaldi volta ao governo municipal e os CIEPs são colocados em evidência novamente. É importante ressaltar que também em 1997 é criada a Rede Municipal de Ensino de Americana.

Em 2000, Tebaldi é reeleito para sua quarta gestão como prefeito da cidade de Americana. Porém, por conta de sua saúde debilitada, Waldemar Tebaldi é afastado de seu cargo por licença médica em 2003, assumindo o vice-prefeito Erich Hetzl Junior. Neste mesmo ano foi inaugurado o CIEP do bairro Praia Azul¹². Em 2004, quando em nova eleição Erich foi candidato apoiado por Tebaldi à sucessão no governo municipal. Este fez questão de participar do último comício do candidato Erich (PDT), realizado no bairro Antonio Zanaga, mesmo em condições de saúde adversas. Segundo depoimentos de moradores do bairro¹³, o apelo do ex-prefeito Waldemar Tebaldi neste comício para que a população votasse em Erich, foi crucial para vitória deste. Tebaldi faleceu em 2005, marcando a história da cidade de Americana por ter sido eleito prefeito por quatro vezes e especialmente por ter implantado os CIEPs na cidade, além de, em todos os mandatos ter priorizado a educação no município.

¹² Foi no ano de 2005, no CIEP do bairro Praia Azul, na verdade, CIEP “Profº Milton Santos”, que tive oportunidade de lecionar, por ocasião de aprovação em concurso público realizado na cidade de Americana para o cargo de Professor de Educação Básica I. Nesse CIEP vivenciei minhas primeiras experiências no cotidiano de uma escola pública de tempo integral.

¹³ No início de 2006, por ocasião da possibilidade de remoção de professores da rede municipal de Americana para outras unidades escolares, pude conhecer e iniciar o ano letivo compondo o quadro docente do CIEP do bairro Antonio Zanaga, na verdade, CIEP “Profª Oniva de Moura Brizola” e nesta oportunidade foi possível o levantamento de tais depoimentos.

CAPÍTULO II

A Educação na cidade de Americana

Americana é um município do estado de São Paulo com 182.593 habitantes, segundo dados levantados e divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) pelo Censo realizado no ano 2000, destacando-se por ter a melhor qualidade de vida (IDH-Índice de Desenvolvimento Humano) e o menor índice de pobreza (1,84% da população) na Região Metropolitana de Campinas, da qual faz parte, juntamente com mais dezoito municípios. Porém, segundo o Mapa da exclusão Social, (idealizado pelo economista e professor da Universidade Estadual de Campinas, Márcio Pochmann, que juntamente com pesquisadores de outras universidades, considerou índices de pobreza, juventude, alfabetização, escolaridade e desigualdade, conforme os dados do Censo 2000), lançado em 2003, a maioria dos municípios que estão entre os melhores do país, incluindo a cidade de Americana, tem sérios problemas relacionados à desigualdade social e emprego formal.

No caso de Americana, esses fatores são conseqüências das migrações de pessoas em busca de empregos e melhores condições de vida, por ser conhecida como pólo têxtil de grande importância na América Latina. Essas migrações deram-se a partir da década de 1950, diminuindo somente a partir da década de 1990. Com o grande crescimento populacional, a cidade enfrentava, no início da década de 1990, graves problemas estruturais nas áreas de saúde, emprego, segurança, e educação, que ocasionava uma política contínua de investimento público, por conta da administração municipal nestes setores. Conforme já fora colocado no item 1.2 deste trabalho, o surgimento dos CIEPs deu-se neste contexto de necessidade de investimento na área educacional da cidade. Convém, portanto conhecer um pouco da história da educação da cidade de Americana, na qual os Centros Integrados de Educação Pública constituem página importante da mesma.

2.1-Um pouco da história da educação do município de Americana: de salas de aula improvisadas no interior de fazendas às construções “faraônicas” dos CIEPs

Com seus 131 anos, Americana pode ser considerado um município jovem. Teve origem em uma sesmaria que foi dividida em fazendas, povoando a região. Esse povoamento ocorreu com a imigração de americanos (principalmente), ingleses, alemães, italianos, espanhóis e portugueses, que buscavam novas terras para prosperarem com suas famílias, a partir de 1867. Da preocupação desses imigrantes com a educação de futuras gerações, surgem as primeiras classes em suas fazendas, com professores trazidos para ensinar seus filhos. Muitas das filhas dessas famílias americanas dedicaram-se ao magistério, desempenhando papel de destaque na educação local e regional, fundando a primeira escola de língua inglesa do município de Santa Bárbara D'oeste, o Colégio Internacional em Campinas e o Piracicabano em Piracicaba, que posteriormente deu origem à UNIMEP (Universidade Metodista de Piracicaba). No interior das fazendas, a instrução para filhos de colonos e trabalhadores dava-se em barracões e salas improvisadas.

No final do século XIX, a principal atividade econômica do município era a agricultura, com destaque para a produção de algodão. No início do século XX, surge o desenvolvimento industrial, sendo Americana já reconhecida, em 1914 como o mais prósperos dos distritos de paz do município de Campinas, devido à grande produção na área têxtil na primeira fábrica de tecidos localizada no bairro Carioba. Foi por dedicação da filha do segundo proprietário dessa fábrica de tecidos (de origem inglesa), foi iniciada a alfabetização dos filhos dos operários. Em 1921, por ocasião de um decreto, é determinada a criação das Escolas Reunidas, sendo construída pelos irmãos Muller um moderno e confortável edifício para escola e em 1934, um gabinete dentário anexo à escola, que atendia os alunos da Vila Operária de Carioba. As crianças que ali estudavam, quando completavam 9 ou 10 anos de idade, deixavam de freqüentar a escola para trabalharem na fábrica de tecidos.

Na Vila Americana, hoje região central do município, que se desenvolveu devido as atividades comerciais surgidas em torno da Estação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e seus armazéns, várias escolas isoladas foram organizadas sendo conhecidas pelo nome de seus professores titulares. Com o advento da República, surgem os primeiros grupos escolares no país.

Em Americana, o pioneiro foi o Grupo Escolar Heitor Penteado instalado em 1923. A primeira escola de nível secundário, a Escola Técnica de Comércio D. Pedro II, de iniciativa privada, surgiu em 1941, sendo que o primeiro ensino secundário oficial público deu-se em 1950, com o Ginásio Estadual de Americana.

Em 1962, o professor e governador do estado de São Paulo, Carvalho Pinto, instalou em cinco cidades os Ginásios Vocacionais, dentre estas, a cidade de Americana. O Ginásio Vocacional de Americana (GEVA) foi uma experiência de apenas sete anos de duração que marcou a história da educação da cidade. Era uma escola onde os alunos permaneciam o dia todo, uma escola que funcionava em tempo integral. Sua proposta pedagógica tinha como eixo norteador a disciplina de Estudos Sociais. Entre as atividades que foram desenvolvidas no GEVA estavam: trabalhos em equipe, pesquisas, relatórios, discussões, estudos do meio, oficinas, ateliês e laboratórios, entre outras. Inicialmente, atendia alunos de baixa renda, posteriormente elitizou-se. A educação que os Ginásios Vocacionais desenvolveu foi considerada subversiva pelo governo militar e ameaçador do regime ditatorial instaurado no Brasil por ocasião do golpe militar de 1964. Seus Professores e diretores foram acusados de conspiração contra o governo, perseguidos e alguns até mesmo torturados, culminando com o fim dessa experiência educacional em 1969.

Nos anos que seguiram há destaque para a implantação de inúmeras inovações e reformas educacionais vindas da esfera estadual e federal, tais como: Mobral, Profic, Ciclo Básico e Escola Padrão.

Os projetos educacionais na esfera municipal da cidade de Americana iniciaram-se com a criação dos Parques Infantis em 1958. As EMEIs- escolas Municipais de educação Infantil- foram criadas em 1978. O oferecimento do Ensino Fundamental (antigo 1º grau) pela Prefeitura municipal de Americana foi iniciado com a criação dos CIEPs- Centros Integrados de Educação Pública- em 1991¹. A Lei Orgânica do Município de Americana, que data de 1990, traz em seu conteúdo

¹ As duas primeiras unidades escolares de CIEPs da cidade de Americana foram muito criticadas na ocasião de suas obras, especialmente pelo aspecto de suas construções e o custo das mesmas, como veremos mais adiante no item 2.2 deste trabalho. Com destaque para a primeira unidade de CIEP do bairro Antonio Zanaga, que fora construído nos moldes dos CIEPs do estado do Rio de Janeiro, assim como este último, também ficou conhecido como “**Obra Faraônica**”, devido à grande proporção de seu projeto arquitetônico inovador.

mudanças necessárias para a cidade, especialmente em adequação à Constituição Federal de 1988. Sobre a educação é válido ressaltar alguns trechos. São eles:

*“... Título I
Disposições Preliminares
Capítulo II
Da Competência
Artigo 4º-VI- Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado,
programas de educação pré-escolar e de Ensino Fundamental;...”*

*... Título VI
Da Ordem Social
Capítulo III
Da Educação, Cultura e Tecnologia, Esporte, Recreação e Turismo
Seção I
Da Educação
Artigo 187- O Município manterá Escolas de período Integrais de Educação, com atividades
diferenciadas, inclusive orientação profissionalizante...”²*

Os CIEPs de imediato foram comparados ao extinto Ginásio Vocacional, não apenas pelas semelhanças no que diz respeito ao funcionamento em período integral e suas propostas pedagógicas, mas também pelo aspecto progressista de ambas experiências na área educacional, caracterizando assim, a história da educação em Americana, favorável, portanto às inovações necessárias para o alcance do progresso.

Em 1997, pela Lei nº 3129 de 18/12/97, foi criado o Sistema municipal de Ensino. Logo em seguida, em 1998, foram implantadas as escolas de período regular, com dois turnos, as EMEFs- Escolas Municipais de Ensino Fundamental. Neste mesmo ano, a unidade escolar do CAIC- Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente- projeto do governo federal que a princípio oferecia ensino público em horário integral, mas que quando administrado pelo governo estadual funcionava em regime de períodos parciais, foi incorporado à rede municipal e adquiriu as mesmas características e linha do projeto dos CIEPs, oferecendo também ensino em tempo integral.

Abaixo, o Quadro I traz o histórico das inaugurações de escolas de Ensino Fundamental da rede municipal de ensino de Americana. No que diz respeito especificamente aos CIEPs, a complexidade e particularidade deste projeto será tratado no próximo item.

² Páginas 1 e 28.

Tabela 1 – número de escolas da Rede Municipal de Americana

Ano	Total de escolas	Escolas inauguradas
1991	2	CIEP Zanaga CIEP São Jerônimo
1992	4	CIEP São Vito CIEP Cidade Jardim
1993	4	Não foi inaugurada nenhuma escola
1994	4	Não foi inaugurada nenhuma escola
1995	4	Não foi inaugurada nenhuma escola
1996	4	Não foi inaugurada nenhuma escola
1997	4	Não foi inaugurada nenhuma escola
1998	6	CAIC - incorporado ao município EMEF Darcy Ribeiro
1999	7	EMEF Paulo Freire
2000	8	EMEF Florestan Fernandes
2001	8	Não foi inaugurada nenhuma escola
2002	8	Não foi inaugurada nenhuma escola
2003	9	CIEP Praia Azul

Quadro 1- Histórico de inauguração de escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Americana. Fonte: Regimento das Escolas Municipais do Ensino Fundamental

2.2- Os CIEPs Americanenses

O oferecimento do Ensino Fundamental com a permanência do aluno na escola, de segunda à sexta-feira, das 7:30 às 17:00h, era a proposta inicial dos CIEPs em Americana. A partir do segundo semestre de 1991, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o ensino regular de 5ª à 8ªsérie passaram a ser ministrados no período noturno, das 19 às 22:30h, nestas mesmas escolas. Os CIEPs atendiam às diretrizes da Lei Nacional 5692/71, que segundo os “moldes americanos”, previa a escolarização seriada, tendo o Ensino Fundamental (antigo 1ºgrau) a duração de oito anos (da 1ª à 8ªsérie) e possibilidade de reprovação anual, porém com o diferencial do tempo de permanência do aluno na escola em período integral.

Com capacidade para atender quinhentos alunos por unidade escolar, o regimento interno de cada CIEP estabelece que na 1ª e 2ªséries o número máximo de aluno por classe é de trinta. Nas séries restantes, esse número não ultrapassa o de trinta e cinco alunos.

Muitas das concepções originais dos CIEPs do estado do Rio de Janeiro foram herdadas pelos CIEPs da cidade de Americana-SP, na fase de implantação do projeto nesta cidade. Aos

poucos, porém, surgiram adequações necessárias à construção de um planejamento singular, que em educação se dão na ação, no processo, na medida em que ela se desenvolve. Portanto, embora houvesse pontos convergentes entre ambos projetos, uma vez que a cidade de Americana buscou conhecer a fundo a experiência dos CIEPs do Rio de Janeiro para estabelecer as bases para a implantação de uma escola pública de tempo integral³, aos poucos a Rede Municipal de Americana foi inovando em alguns aspectos do funcionamento dos seus CIEPs. A arquitetura de seus prédios é um desses aspectos, pois os CIEPs do Rio de Janeiro foram unidades escolares construídas em modelos básicos (CIEP Padrão e CIEP Compacto):

³ Textos diversos e fragmentos de “O livro dos CIEPs”, de Darcy Ribeiro, escrito para implantação destas escolas no Rio de Janeiro, foram estudados e discutidos pelos professores do Departamento de Educação de Americana, além da realização de visitas aos CIEPs daquele estado.



Fig. 1- CIEPs do Estado do Rio de Janeiro (CIEP Padrão acima e CIEP Compacto abaixo).
Fonte: RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**. RJ : Bloch Editores S.A., 1986.

Os CIEPs de Americana sofreram alterações em seus projetos arquitetônicos. Todas as unidades foram projetadas por arquitetos da Prefeitura de Americana e construídos por empreiteiras da região, procurando não copiar o modelo dos CIEPs já existentes. Entretanto, o primeiro prédio a ser construído na cidade de Americana, CIEP do bairro Zanaga, foi considerado uma obra faraônica que possibilitava grande visibilidade política, pela arrojada arquitetura e beleza estética inovadoras, gerando muitas críticas e propaganda negativa principalmente em relação ao elevado custo da obra:



Fig. 2- CIEP do bairro Zanaga. Fonte: Site oficial da Prefeitura Municipal de Americana.

Assim, a Prefeitura de Americana optou por um projeto mais simples e imitou os CIEPs com estrutura térrea (CIEPs Compactos) do Rio de Janeiro nas construções das demais unidades da cidade. A estrutura do CIEP Zanaga conta com dezesseis salas de aulas (incluindo as salas de estudo dirigido e laboratório) que compõem os dois pavimentos superiores do prédio. No térreo há oficina de Artes, biblioteca, sala de Educação Física, sanitários, vestiários, cozinha, refeitório, auditório, setor administrativo, dois quiosques, quadra/pátio coberta, quadra descoberta, casa do zelador e playground. Os demais CIEPs da cidade que possuem estrutura térrea são compostos por três blocos com oito salas de aula, quatro salas de estudo dirigido, laboratório, sala de Ciências, biblioteca, sala de leitura, sala de Educação Física, auditório, setor administrativo,

sanitários, vestiários, quadra coberta, quadra descoberta, quiosques, playground e casa do zelador¹. Abaixo, fotos dos CIEPs São Jerônimo e CIEP Cidade Jardim:



Fig 3- CIEP do bairro São Jerônimo. Fonte: STOCK, Suzete de Cássia Volpato. **Entre a paixão e a rejeição: um quadro histórico-social dos CIEPs**. Americana, SP: Gráfica e Editora Adonis, 2004.



¹ O último CIEP inaugurado na cidade em 2003, no bairro Praia Azul, ainda passa por modificações em sua estrutura física, tendo ampliado o número de salas de aula e atualmente está sendo construída sua quadra coberta. Não possui auditório bem como sala de Ciências, porém já foi construído com o planejamento de uma

Fig. 4- CIEP do bairro Cidade Jardim. Fonte: Site oficial da Prefeitura Municipal de Americana.

O prédio do CAIC, que foi incorporado à Rede Municipal, possui características próprias diferentes da estrutura física dos CIEPs.

Outro aspecto que merece destaque, pela visível alteração no percurso de funcionamento dos CIEPs de Americana, foi a questão dos uniformes usado pelos alunos destas escolas. Com o interesse maior de distinguir os alunos da Rede Municipal dos alunos das escolas da rede Estadual, a princípio foram confeccionados na cor amarela, sendo esta a mesma cor do uniforme utilizado pelos alunos dos CIEPs do Rio de Janeiro. Discussões em torno da mudança da cor do uniforme dos alunos deram-se não só pela falta de afeição à cor escolhida para sua confecção, mas também porque a Prefeitura de Americana buscava imprimir uma marca própria para os seus CIEPs, assim como aconteceu aos CIEPs do Rio de Janeiro. Um logotipo foi criado e é utilizado na estampa dos uniformes que alunos e professores utilizam (atualmente confeccionados nas cores branca e azul marinho), impressos oficiais, propagandas das escolas e nos diversos segmentos que divulgam o nome dos CIEPs. Entretanto, é possível observar a semelhança do logotipo criado pela Prefeitura de Americana com o logotipo do PEE (Programa Especial de Educação) do Rio de Janeiro:

sala de informática. Os demais CIEPs adaptaram suas instalações posteriormente para comportarem suas salas de informática.



Fig.5- Logotipo do Programa Especial de Educação do Rio de Janeiro (à esquerda) e logotipo dos CIEPs de Americana- SP (à direita). Fonte: STOCK, Suzete de Cássia Volpato. **Entre a paixão e a rejeição: um quadro histórico-social dos CIEPs.** Americana, SP: Gráfica e Editora Adonis, 2004.

Outras alterações do projeto dos CIEPs de Americana surgiram com a vigência da nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a partir de 1997, coincidindo com o retorno

de Waldemar Tebaldi à administração municipal. A criação do Sistema de Ensino de Americana, desvinculou as escolas municipais definitivamente da Diretoria de Ensino Estadual, tendo a Prefeitura a autonomia para direcionar e supervisionar sua rede escolar. A Secretaria Municipal de Educação extinguiu a seriação do Ensino Fundamental e a substituiu pelo sistema de ciclos de progressão continuada. Também foi ampliado o período de duração do Ensino Fundamental, passando de oito para nove anos de escolaridade, ingressando a criança, portanto, no Ensino Fundamental da rede municipal de Americana aos 6 anos de idade.

As peculiaridades do funcionamento dos CIEPs não apenas como escola que funciona em período integral, bem como sua proposta pedagógica, sistema de ciclos de progressão continuada e outras características que são próprias dessas escolas serão tratadas com mais detalhes nos itens que seguem neste trabalho.

2.2.1- Proposta Pedagógica e Currículo

Os CIEPs de Americana herdaram a proposta pedagógica e os eixos norteadores dos CIEPs “originais” do estado do Rio de Janeiro, na ocasião da implantação de tal projeto.

Darcy Ribeiro é autor da obra “O Livro dos CIEPs”, que foi publicado no final de 1986, após a inauguração dos primeiros CIEPs no Rio de Janeiro, com o objetivo de explicar o funcionamento e a nova proposta pedagógica destas escolas públicas de tempo integral. É relevante observar a posição de Stock sobre a importância de tal obra para a experiência dos CIEPs de Americana:

“...Ficou conhecido como o “livro preto” por todos os envolvidos, pois sua capa era preta (com uma foto do CIEP) e acabou por se tornar a “bíblia” (condutor das ações e funcionamento) dos CIEPs. Em Americana, esta “bíblia” fica até hoje na gaveta da mesa do Secretário de Educação...”
Stock,p.19

Stock conclui que a proposta pedagógica dos CIEPs Americanenses é cópia adaptada da proposta escrita por Darcy, sendo o único diferencial a ênfase à área de Estudos Sociais, quando que na proposta do Rio de Janeiro a ênfase estava na Linguagem. A proposta pedagógica dos CIEPs em Americana aposta no elo entre a Linguagem e Estudos Sociais como base para todo

direcionamento das ações dentro de suas escolas. Essa alteração na proposta do Rio de Janeiro foi influenciada pela experiência já citada do Ginásio Vocacional de Americana (GEVA), na década de 60, que tinha como eixo central em sua proposta a área de Estudos Sociais. Além desse fator, a autoria da proposta pedagógica dos CIEPs de Americana é creditada ao professor da Rede Estadual graduado em Estudos Sociais e História, Herb Carlini, na época (1991), diretor do Departamento de Educação e vice-prefeito da cidade e atualmente, Secretário Municipal de Educação em Americana.

O professor Herb Carlini definiu, em 1991, como objetivo geral da proposta pedagógica dos CIEPs em Americana, a superação do analfabetismo e do insucesso escolar. Apresentando dados que comprovam a existência desses fatores na educação brasileira e afirmou que a única proposta concreta de educação institucional em nível de 1º grau, no Brasil, que surgiu nas últimas décadas para reverter esse quadro foi a escola integral, em especial, os CIEPs, e coloca tal experiência como uma novidade para o nosso país, que suscitou uma importante discussão sobre os rumos e o papel da escola pública brasileira, colocando pela primeira vez no centro dessas discussões a necessidade de garantir à um só tempo assistência e escolaridade à criança carente, e que, mesmo que alguns considerem o projeto dos CIEPs por demais “assistencialista”, trata-se de uma proposta que veio para ficar. Após essa introdução, Carlini passa a enfatizar os pressupostos pedagógicos gerais dos CIEPs de Americana:

“... A gestão democrática da escola

O CIEP é uma escola pública não somente voltada para a comunidade, mas também, e principalmente uma escola da comunidade. O regimento escolar do CIEP prevê canais de participação direta da comunidade na gestão da escola através do CEC (Conselho Escola Comunidade), órgão ampliado com maioria de representação minoritária de professores, funcionários e até alunos. O CEC, constituído por cerca de 40 a 50 membros e terá no CIEP poder deliberativo e decidirá todas as questões relativas a cada unidade escolar.

A valorização do saber popular e o respeito ao universo da criança

Os conteúdos programáticos do CIEP terão como ponto de partida para a construção do saber coletivo, nos moldes de uma pedagogia construtivista, os conhecimentos que as crianças trazem do seu meio social e da comunidade. Além disso, o Regimento do CIEP possibilita a atuação dos chamados agentes culturais leigos no interior da escola, integrados com as disciplinas do currículo da escola, integrados com as disciplinas do currículo da escola. Os agentes culturais atuarão em diversas áreas (música, literatura, artes plásticas, horticultura, teatro, etc.) e funcionarão como elos integradores da escola com a comunidade.

A interdisciplinaridade

A permanência da criança em tempo integral no CIEP, dará oportunidade a que se desenvolva um trabalho integrado entre todas as disciplinas e atividades que formam o currículo, quer do ponto de vista do conteúdo programático ou mesmo da abordagem metodológica e da avaliação da aprendizagem. A interdisciplinaridade será assegurada na medida em que todos os professores do CIEP terão um mínimo de 4 horas semanais pagas para reuniões pedagógicas, além de cursos constantes de aperfeiçoamento e reciclagem. Além disso, as atividades complementares extra-classe (oficinas) desenvolvidas no interior da própria escola (artes, música, esportes, horticultura, etc.) funcionarão como mecanismo de integração interdisciplinar.

A essencialização dos conteúdos

No CIEP, muito mais que com a quantidade, haverá uma preocupação fundamental com a qualidade dos conteúdos curriculares. Os professores não terão de isoladamente vencer os programas até o final do ano letivo, pois deverá ser priorizada a abordagem em profundidade dos temas de cada disciplina da grade do CIEP.

A valorização da linguagem e estudos sociais como disciplinas integradoras do currículo

A construção de uma escola crítica onde o aluno desenvolva ao máximo sua autonomia e aprenda a trabalhar coletivamente deve partir, necessariamente, do conteúdo curricular de algumas disciplinas e a partir daí, gradativamente, integrar as demais. Desse modo serão valorizadas no CIEP as várias formas de expressão e linguagem da criança (oral, escrita, corporal, etc.) e a área de estudos sociais (história e geografia) ter um papel fundamental na construção dos conteúdos curriculares e funcionarão como eixos disciplinares integradores das demais disciplinas do currículo...²

As disciplinas que formavam a grade curricular do aluno na proposta pedagógica inicial dos CIEPs eram: Português, Matemática, Geografia, História, Ciências/ Ciências Físicas e Biológicas/ Laboratório, Educação Artística e educação Física. Eram esses os componentes da parte comum do currículo. Havia ainda as

² Trechos retirados do texto “ Proposta Pedagógica”, enviado aos CIEPs em 1991.

disciplinas que compunham a parte diversificada do currículo, completando a carga horária dos alunos: Língua Estrangeira-Inglês, Oficinas de Artes, Horticultura, desenho Geométrico, Leitura e Redação, Arte Musical e Estudo Dirigido. Previa ainda, tal proposta, que a promoção do aluno para a série seguinte dar-se-ia pela apuração de assiduidade e notas para as disciplinas de núcleo comum (N.C) e em relação às disciplinas da parte diversificada somente seria verificada a assiduidade do aluno. O regimento interno dos CIEPs propunha os mesmos direcionamentos de uma escola convencional: avaliação e notas bimestrais, segundo a LDB 5692/71.

Com o passar dos anos e com os novos direcionamentos propostos pela nova LDB (Lei 9394/96) ocorreram mudanças na forma de organização dos CIEPs, porém em relação à proposta pedagógica manteve-se como objetivo o enfoque na educação democrática e cidadã, que valoriza a cultura popular do aluno e o saber universal sistematizado.(Stock,p.209). Atualmente, as disciplinas de núcleo comum são as mesmas para todos os CIEPs de Americana. As disciplinas da parte diversificada são Língua Estrangeira Moderna/Inglês, Educação para Reflexão e Recreação, oferecidas por todas as unidades de CIEPs em Americana. Porém, entre estas últimas se encontram também as Oficinas, que variam conforme as características próprias da comunidade de cada CIEP e podem ser modificadas a cada ano, conforme elaboração do Projeto Político-Pedagógico para cada período letivo, como é possível observar nas grades curriculares abaixo, ambos de CIEPs distintos:


Prefeitura Municipal de Americana
 Estado de São Paulo

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade Escolar:		CIEP "Prof. Milton Santos"										
Ano de início:		2005										
Curso:		Ensino Fundamental										
Período:		INTEGRAL										
	Matérias	Componentes Curriculares	1º Ciclo			2º Ciclo			3º Ciclo			
			1ª	2ª	3ª	1ª	2ª	3ª	1ª	2ª	3ª	
Parte Comum § 1º, 4º do Art. 26 LF 9394/96	Português	Português	10	10	10	10	10	5				
	Estudos Sociais	História	3	2	2	2	2	3				
		Geografia	2	2	2	2	2	2				
		Ciências/Pr. Saúde/An	2	3	3	2	2	4				
		Matemática	5	5	5	4	4	6				
		Educação Física	3	3	3	3	3	3				
		Educação Artística	3	2	2	2	2	2				
		Total da Carga Horária	28	27	27	25	25	25	0	0	0	
	Parte Diversificada Parágrafo 5º Art. 26 da Lei Federal 9394/96		Ling Es Moderna/Inglês						2			
			Educação para reflexão						2			
		Recreação	4	2	2							
		Modelagem				2	2	2				
		Inglês	2	2	2	2	2					
		Filosofia	2	2	2	2	2					
Parte Diversificada Art. 33º LF 9394/96		Jogos Brincadeiras	1									
		Estudo Dirigido		5	5	5	5	5				
		Religião										
Total da Carga Horária			10	11	11	11	11	13	0	0	0	
Carga Horária		Total do Curso	38	38	38	36	36	38	0	0	0	


Prefeitura Municipal de Americana
 Estado de São Paulo
 SECRETARIA
 DE EDUCAÇÃO

Unidade Escolar: CIEP PROF. OCTÁVIO CÉSAR BORGHI
 Ano de Início: 2004
 Curso: Ensino Fundamental Período: INTEGRAL

Matérias	Componentes Curriculares	1º Ciclo			2º Ciclo			3º Ciclo			
		1ª	2ª	3ª	1ª	2ª	3ª	1ª	2ª	3ª	
Português	Português	10	10	10	10	10	5	5	5	5	
Estudos Sociais	História	3	2	2	2	2	3	4	4	4	
	Geografia	2	2	2	2	2	3	3	3	3	
Ciências	Ciências/Pr.Sau/Lab	2	3	3	4	4	4	4	4	4	
Matemática	Matemática	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
5º 2º e 3º da L.F. 9394/96	Educação Física	3	3	3	3	3	3	3	3	3	
ParteComum	Educação Artística	3	2	2	2	2	2	2	2	2	
	Total da Carga Horária	28	27	27	28	28	25	26	26	26	
LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 9394/96 Parte Diversificada	Ling. Es. Moderna/Inglês						2	2	2	2	
	Educação para reflexão	1	1	1	1	1					
	Recreação	3	1	1							
	Parágrafo 5º Art. 26 da Lei Federal 9394/96	Ciência e Vivência	4	2	2						
		Modelagem				2	2				
		Ling. (Lit. Mus. Oral)						1			
		Oficina de Informa.						2			
		Oficina de Inglês	1	1	1	1	1				
	Art. 33º/LF 9394/96	Estudo Dirigido	5	5	5	5	5				
	Religião	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Parte Diversificada	Total da Carga Horária	10	11	11	10	10	13	3	3	3	
Carga Horária	Total do Curso	38	38	38	38	38	29	29	29	29	

Fig. 6 e 7- Grade Curricular do CIEP do bairro Praia Azul para o ano letivo de 2005 e grade curricular do CIEP do bairro Cidade Jardim para o ano letivo de 2004. Fonte: Site Oficial da Prefeitura Municipal de Americana.

Após o período de aulas ainda são oferecidas aos alunos dos CIEPs, atividades de livre escolha, tais como: Teatro, Balé, Coral, Treinamento Esportivo e Informática, entre outras. Também estão previstas as aulas de Reforço Intensivo durante o período de permanência do aluno na escola. Essas aulas têm grande importância dentro do Sistema de Ciclos de Formação, adotado pela Rede Municipal a partir de 1997. O Sistema de Ciclos de Formação, bem como a avaliação do desenvolvimento dos alunos dos CIEPs e todas as relevantes mudanças no projeto dos CIEPs em Americana, advindas da vigência da nova LDB (Lei 9394/96) serão questões aprofundadas no próximo item.

2.2.2- Sistema de Ciclos, Ensino Fundamental com 9 anos de duração e Avaliação

Em 1997, com a vigência da nova LDB (Lei 9394/96), que estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 32, §1º, faculta aos Sistemas de Ensino desdobrar o Ensino Fundamental em Ciclos, tendo como objetivo a formação básica do cidadão.

O retorno de Waldemar Tebaldi (PDT) à administração municipal coincide com as mudanças na Educação determinadas pela nova LDB. Sendo assim, a Secretaria de Educação de Americana proporcionou alterações no projeto dos CIEPs e nas escolas de períodos parciais (EMEFs) de sua rede. Extinguiu a seriação dos alunos e a substituiu por Ciclos de Formação. Também ampliou a escolarização em mais um ano nas escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal, sendo iniciada a idade escolar para esse nível de ensino aos 6 anos e não mais aos 7, como ocorria até então. Para a efetivação de tais mudanças, foi necessária a adoção de um novo projeto com medidas que atendessem à necessidade de adaptação desses alunos ao processo de escolarização do Ensino Fundamental, tais como capacitação dos funcionários e professores frente à nova realidade das escolas da Rede Municipal e também modificações na estrutura física dessas escolas, respeitando a fase de desenvolvimento dessas crianças. Foram construídos playgrounds, bem como outras adaptações físicas que respondesse às necessidades desses alunos, ou seja, foi elaborado um projeto diferenciado para o Ensino fundamental com duração de 9 anos, diferentemente do que ocorreu recentemente na Rede estadual que, em 2006 passou a receber esses alunos de 6 anos de idade em suas escolas de Ensino Fundamental sem respeitar a fase de desenvolvimento e suas necessidades de adaptação frente à nova etapa de sua vida escolar. Não houve capacitação dos funcionários e professores para receber esses novos alunos, simplesmente estendeu-se a escolarização do Ensino Fundamental na Rede Estadual de São Paulo.

A Secretaria Municipal de Americana reestruturou o oferecimento do Ensino Fundamental em ciclos com duração de três anos cada, organizando-o desta maneira:

1º Ciclo- 1º ano- alunos que completam 6 anos de idade

- 2º ano- alunos que completam 7 anos de idade

- 3º ano- alunos que completam 8 anos de idade

2º Ciclo- 1º ano- alunos que completam 9 anos de idade

- 2º ano- alunos que completam 10 anos de idade

- 3º ano- alunos que completam 11 anos de idade

3º Ciclo- 1º ano- alunos que completam 12 anos de idade

- 2º ano- alunos que completam 13 anos de idade

-3º ano- alunos que completam 14 anos de idade

A denominação das classes/turmas por período letivo também mudou, não sendo mais conhecidas como séries os anos de escolarização e sim como ano/ciclo, sendo assim organizadas e denominadas:

1º Ciclo- 1.1- Primeiro ano do primeiro ciclo

- 2.1- Segundo ano do primeiro ciclo

-3.1- Terceiro ano do primeiro ciclo

2º Ciclo- 1.2- Primeiro ano do segundo ciclo

-2.2- Segundo ano do segundo ciclo

- 3.2- Terceiro ano do segundo ciclo

3º Ciclo- 1.3- Primeiro ano do terceiro ciclo

- 2.3- Segundo ano do terceiro ciclo

- 3.3- Terceiro ano do terceiro ciclo

Nestes Ciclos de Formação não há reprovação entre os anos de cada ciclo e sim nos últimos anos da cada um deles, a não ser em casos de assiduidade menor que 75% dos duzentos dias letivos previstos pela legislação para cada ano do Ensino Fundamental. Se durante os anos de cada ciclo o aluno apresentar dificuldades de aprendizagem, é dado a este a oportunidade de superá-las através de aulas de Reforço Intensivo que este aluno recebe sem que seja retido entre os anos que compõem o ciclo no qual se encontra. É respeitado o tempo necessário a cada aluno para se desenvolver, segundo as suas necessidades individuais. As aulas de Reforço Intensivo pretendem oportunizar novas e diversificadas formas de apropriação e construção do conhecimento e desenvolvimento de habilidades básicas (Regimento das Escolas Municipais de Ensino Fundamental de Americana, artigo 52). As aulas de Reforço Intensivo são oferecidas de forma contínua em todos os ciclos, ao longo do período letivo e se dão em dois níveis:

- Reforço I- Ministrado por outro docente das disciplinas de núcleo comum da mesma unidade escolar, possivelmente do mesmo ciclo, segundo avaliação do professor de núcleo comum do aluno, demais docentes e equipe técnico-pedagógica da U.E (unidade escolar).
- Reforço II- Ministrado por docente específico, conforme atribuição interna da U.E para o ano letivo, segundo avaliação do professor de núcleo comum do aluno, dos demais professores, da equipe técnico-pedagógica da U.E e da Coordenação Técnico-Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

As aulas de Reforço I e II ocorrem no período de permanência do aluno na escola. O Reforço I é voltado para aqueles alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem que possam ser sanadas por aulas diversificadas e planejadas, conforme orientação do seu professor de núcleo comum, por outro docente de N.C (núcleo comum). Nas reuniões pedagógicas semanais, os professores têm tempo reservado para que os docentes de cada ciclo formem grupos menores que possibilitam o planejamento coletivo de atividades. Nesses momentos, os professores conversam sobre o desenvolvimento das aulas de reforço, sobre como os alunos respondem ao que planejam e sobre como prosseguir nesse trabalho de recuperação paralela e contínua. Para essas aulas são agrupados alunos em quantidade menor (no máximo dez, sendo a média de cinco alunos), possibilitando ao professor que ministra Reforço I uma observação e inferência mais precisa sobre as necessidades de cada educando.

O Reforço II é destinado aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem que não possam ser superadas somente pelas aulas de Reforço I. Também com agrupamento de alunos em número menor (no máximo 20, sendo a média de 10 alunos), o professor que ministra as aulas de Reforço II dedica-se exclusivamente à esse trabalho de recuperação, recebendo capacitação e orientação em encontros semanais com a Coordenação Técnico-Pedagógica da S.M.E (Secretaria Municipal de Educação) para cada caso, especificamente. O professor de Reforço II, juntamente com o professor de núcleo comum e demais docente do aluno, nas reuniões pedagógicas semanais, expõe o desenvolvimento de seu trabalho, as dificuldades, ouve o relato

dos demais professores e se necessário encaminha o aluno à atendimentos específicos na área de Fonoaudiologia, Psicologia e Terapia Ocupacional, através da S.M.E.

Todo o esforço necessário para que os alunos dos CIEPs alcancem sucesso no desenvolvimento de sua escolarização no Ensino Fundamental é realizado através desses projetos especiais de recuperação paralela e contínua (Reforço I e II). Se ainda assim, ao final de cada ciclo, o aluno não apresentou habilidades necessárias para acompanhar o ciclo seguinte, ele terá mais um período letivo para alcançá-las, sendo possível também que esse aluno seja reclassificado, caso demonstre ser necessário freqüentar aulas em anos/ciclos que já tenha cursado. Esgotados todos esses recursos, desde que fique comprovada a necessidade de que o aluno permaneça em determinado ano/ciclo, a S.M.E não descarta essa possibilidade, embora acredite que o aluno alcance sucesso em seu desenvolvimento e aprendizado com as oportunidades que recebe nos CIEPs¹.

Como é possível notar através da organização do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Americana, há uma preocupação com a realização da avaliação do desenvolvimento do aluno continuamente, permitindo diagnóstico e acompanhamento do processo de aprendizagem a todos os professores (N.C, Parte Diversificada e Reforços I e II) para que haja possibilidade de reorganização do processo de ensino. Segundo o Regimento das Escolas Municipais do Ensino Fundamental (p.80), é necessário aos docentes uma postura de constante observação e cuidadoso registro do desenvolvimento de seu trabalho pedagógico, bem como registro das produções dos alunos. Ainda conforme aponta o Regimento, são instrumentos para avaliação do desenvolvimento do aluno:

- Portfólio- Trata-se de uma coletânea de trabalhos realizados e selecionados pelos estudantes durante um período. Há a sugestão de que essa coleta aconteça quinzenalmente. Ao educando, esse instrumento possibilita o desenvolvimento da capacidade de avaliar seu próprio trabalho e ao professor oferece oportunidade de traçar referenciais de classe como um todo, partindo de análises individuais e focalizando a evolução dos educandos. À essas coletâneas são anexados registros sistemáticos com anotações do que o professor de N.C planejou sobre ações

do educando em situações determinadas, bem como relatórios narrativos resumindo observações do mesmo professor sobre o crescimento e desenvolvimento individual do educando durante um período de trabalho. A revisão sistemática dos Portfólios dos educandos pelos demais docentes auxilia na tomada de decisões coletivas sobre a vida escolar dos alunos. A apreciação dos pais e/ou responsáveis nas reuniões bimestrais garantem um olhar sobre o desenvolvimento de seus filhos e compreensão dos planos de ação docente.

• Ficha de Acompanhamento do Desenvolvimento do Aluno (F. A. D. A.) - É o instrumento oficial de registro da aprendizagem do aluno e deve ser preenchido pelo professor de N.C ao final de cada bimestre. Essa ficha contém os conceitos atribuídos aos alunos por todos os seus professores, bem como sua assiduidade em todas as atividades desenvolvidas no CIEP, bimestralmente. Há também campos que permitem ao professor relatar de forma descritiva as informações a respeito do desenvolvimento cognitivo, emocional e social do educando, justificando as decisões tomadas pela equipe pedagógica com relação a este. Vide modelo de F.A.D.A. abaixo:

¹ Realmente, são raros os casos de reprovação de alunos no decorrer de cada ciclo, conforme pude apurar enquanto docente de um CIEP de Americana.

durante suas aulas de Estudo Docente Individual, previstas semanalmente na carga horária de cada professor das escolas de período integral.

A avaliação nos CIEPs, tanto do trabalho pedagógico desenvolvido em seu interior, quanto do desenvolvimento de seus alunos, é fundamental e se mostra eficiente no alcance do sucesso dos alunos em sua vida escolar.

2.2.3- Gestão democrática da escola, os CECs (Conselho Escola Comunidade) e Conselhos de Classe (Pré- Conselho Bimestral entre a Equipe Pedagógica dos CIEPs e seus alunos)

Conforme já relatado no item 2.2.1, a proposta pedagógica dos CIEPs de Americana traz como um dos pressupostos pedagógicos gerais a gestão democrática da escola, prevendo canais de participação direta da comunidade na gestão escolar. O Regimento das Escolas Municipais do Ensino Fundamental de Americana afirma que com a finalidade de conferir maior grau de autonomia às escolas, em seus aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos, a gestão democrática da escola dar-se-á mediante a capacidade de cada escola formular, implementar e avaliar coletivamente sua proposta pedagógica e seu plano de gestão, bem como da constituição e funcionamento do Conselho Escola-Comunidade (CEC) e Conselhos de Classe e também mediante a administração dos recursos financeiros por meio da elaboração, execução e avaliação do plano de aplicação, aprovado pelo CEC, obedecendo a legislação específica para gastos e prestação de recursos públicos (artigo 13).

Pretende-se, portanto, que nos CIEPs de Americana, as decisões sobre a unidade escolar seja descentralizadas por meio do partilhamento dessas decisões com os órgãos colegiados da escola, que são instituições auxiliares até mesmo nas decisões sobre a aplicação de recursos financeiros (Currículo 2004- SME, p.55).

Os órgãos colegiados dos CIEPs de Americana são:

- CEC (Conselho Escola-Comunidade)- Com caráter deliberativo, visa através da integração escola/ família/ comunidade levantar e discutir questões de interesse da comunidade escolar propondo alternativas de soluções. O CEC deve ser composto por um mínimo de 30 e máximo de 40 componentes, dentre os quais 40% de pais de alunos, 30% de docentes, 20% de alunos e 10% dos demais servidores, sendo o Diretor e Assistente de Direção membros natos. Os integrantes do CEC serão eleitos a cada dois anos, por meio de assembléia geral. Estão previstas como algumas das atribuições do CEC a participação na elaboração do calendário escolar e a deliberação, quando solicitado, sobre a aplicação de penalidades disciplinares aos alunos da escola, desde que fundamentadas nas normas que regulamentam o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- Conselho de Classe- Com caráter consultivo, tem como um dos principais objetivos promover avaliação contínua do processo educativo, por meio do diálogo franco e aberto entre seus membros em reuniões denominadas Pré-Conselho, que acontecem todos os bimestres precedendo o Conselho entre a Equipe Pedagógica dos CIEPs. Nos Pré-Conselhos são levantadas questões relativas ao andamento das atividades que são desenvolvidas em cada turma e estão previstos registros em ata de todos os assuntos tratados e decisões tomadas em todas as reuniões realizadas durante o ano letivo. São compostos pelo Diretor, Assistente de Direção, Pedagogo ou Professor Coordenador, todos os professores e todos os alunos de uma mesma turma.

Como um dos princípios básicos necessários à efetivação de uma gestão democrática, a Secretaria Municipal de Educação tem no diálogo a base para a tomada de decisões no âmbito das escolas da Rede Municipal., expondo argumentos, ouvindo e considerando os contra-

argumentos para a negociação de uma solução intermediária que possa satisfazer todas as partes envolvidas no desenvolvimento das atividades destas escolas.

No próximo item será analisada a valorização que a S.M.E de Americana dá aos docentes que compõem o quadro de magistério da Rede Municipal.

2.2.4- Equipe Interdisciplinar, Plano de Carreira e Salários dos Integrantes do Quadro do Magistério Público Municipal e Formação Continuada

O Regimento das Escolas Municipais do Ensino Fundamental da cidade de Americana apresenta a Equipe Interdisciplinar fazendo parte do Núcleo de Apoio Técnico-Pedagógico das escolas de período integral -CAIC e CIEPs (cap.III, Seção II, art. 63). Trata-se de uma equipe composta pelo Diretor, Pedagogo, um professor representante de cada ciclo, um professor coordenador do período noturno e um professor da parte diversificada de cada U.E (unidade escolar). A escolha dos professores que farão parte dessa equipe acontece anualmente com a indicação e consenso de toda equipe escolar, por ocasião das atribuições internas de aulas para o ano letivo que se iniciará.

A Equipe Interdisciplinar deve existir nas escolas com o intuito de que seja promotora da integração das diversas atividades desenvolvidas e disciplinas oferecidas pelas U.Es, articulando as diversas opiniões da equipe escolar como um todo, para que haja participação e colaboração na elaboração do Plano de Gestão, bem como o acompanhamento e avaliação do desenvolvimento deste. A previsão dos recursos didáticos e sua utilização, assegurando o desenvolvimento das atividades discentes e docentes também são responsabilidades da Equipe Interdisciplinar (p.72- Currículo 2004). No interior dos CIEPs, a realidade educacional no interior destas escolas demanda a existência de uma equipe como esta, que ouve e organiza as diversas vozes existentes na equipe escolar, expondo as necessidades pedagógicas à direção e ao Pedagogo, recebendo assessoramento destes nas reuniões semanais de quatro horas/ aula que são renumeradas e previstas dentro da carga horária de cada servidor que a compõe, sem prejudicar suas atividades,

como pode ser observado no quadro abaixo que apresenta a carga horária e distribuição das atividades de docentes de um CIEP de Americana:

DISCIPLINA	HORAS	ESTUDO	REFORÇO	REUNIÃO	H. AT.	EQUIPE	CARGA
Núcleo Comum	26	2	4	4	4	0	40
Núcleo Comum	27	2	3	4	4	0	40
Núcleo Comum	26	2	4	4	4	0	40
Núcleo Comum	26	2	0	4	4	4	40
Arte Ed/Ofic	8	0	0	0	0	0	40
Núcleo Comum	26	2	4	4	4	0	40
Núcleo Comum	26	2	4	4	4	0	40
Núcleo Comum	26	2	4	4	4	0	40
Núcleo Comum	26	2	4	4	4	0	40
Arte Ed/Ofic	26	2	0	4	4	4	40
Núcleo Comum	27	2	3	4	4	0	40
Núcleo Comum	27	2	3	4	4	0	40
Anim. Cult	26	2	0	4	4	4	40
Núcleo Comum	26	2	4	4	4	0	40
Núcleo Comum	30	2	0	4	4	0	40
Ed. Fis	30	2	0	4	4	0	40
Núcleo Comum	27	2	3	4	4	0	40
Arte Ed/Ofic	10	0	0	4	2	0	30
Ciências/Lab	24	2	0	4	2	0	40
Núcleo Comum	30	2	0	4	4	0	40
Núcleo Comum	27	2	3	4	4	4	44
Núcleo Comum	27	2	3	4	4	0	40
Núcleo Comum	26	2	4	4	4	0	40
Núcleo Comum	30	2	0	4	4	0	40
Núcleo Comum	30	2	0	4	4	0	40
Ed. Fis	30	2	0	4	4	0	40
Port/Inglês	30	2	0	4	0	0	36
Mat/ Oficina	16	1	2	4	0	0	23

Quadro 2- Distribuição da carga horária semanal de trabalho para os docentes do CIEP do bairro Praia Azul, nas diversas atividades previstas durante o ano letivo de 2006.

A participação de todos os docentes que compõem o quadro de magistério na elaboração das diretrizes curriculares para as escolas da Rede Municipal também é preocupação da Secretaria Municipal de Educação de Americana. Em 2003, com a proposta de reforma e reestruturação curricular da Rede Municipal, a S.M.E favorece a participação de Diretores, Assistentes de Direção, Pedagogo e Professores de cada escola na organização de uma comissão de estudo e elaboração da reforma e reestruturação da proposta curricular, composta por vinte e três educadores que coordenaram a colaboração e participação de todos os docentes do quadro de magistério municipal. Também nessa ocasião foi pensado o conteúdo do Plano de Carreira e

Salários dos integrantes do Quadro do Magistério Público Municipal de Americana, aprovado em julho de 2004 sob a Lei nº 4.053, que organiza e valoriza a carreira docente dos profissionais da educação que compõe o sistema de ensino, conforme determina o artigo 67 da LDB 9394/96. Este artigo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também prevê o aperfeiçoamento profissional continuado dos docentes de cada sistema de ensino.

Em Americana, a chamada Formação Continuada do Professor sempre fez parte da proposta pedagógica das escolas municipais. Em especial, nas escolas de período integral essa formação está organizada em Reuniões Pedagógicas que ocorrem semanalmente em cada escola, com duração de duas horas, sendo um espaço que os professores juntamente com o núcleo de apoio técnico-pedagógico da escola têm para refletir e discutir questões sobre a proposta pedagógica, com temas que garantam a supressão das necessidades pedagógicas de cada realidade educacional. O Horário de Estudo na Escola também é previsto para os profissionais da educação, com a reserva de duas horas semanais inseridas na carga horária semanal dos professores, proporcionando aperfeiçoamento profissional, teórico e prático sobre seu trabalho cotidiano. Geralmente nessas horas são realizadas atividades de leitura teórica orientada pela formação recebida nas reuniões pedagógicas ou reflexão sobre o trabalho que o professor desenvolve na sala de aula com seus alunos e que acabam sendo socializadas nestas reuniões.

A reserva de quatro horas semanais para Formação Continuada contempla não só duas horas/ aula de Reunião Pedagógica, como também duas horas de planejamento semanal, sendo realizado primeiramente o planejamento coletivo entre todos os docentes e depois separadamente entre os professores de cada ciclo. Além desse espaço para planejamento que acontece de forma contínua durante o ano letivo, está prevista também a realização da Semana de Planejamento que se dá no início do período letivo em cada U.E para reflexão, tomadas de decisões gerais e organização da escola e das atividades a serem desenvolvidas em torno de um Projeto Político-Pedagógico elaborado por cada escola para previsão e norteamto das ações para o período letivo que será iniciado.

Após o recesso escolar previsto em calendário escolar e que ocorre na metade do ano letivo, é realizada a Semana da Educação, organizada pela Secretaria Municipal de Educação com

atividades culturais, palestras, oficinas, mini-cursos e treinamentos que são oferecidos a todos os servidores da área educacional, não só aos professores da Rede Municipal. Ao final do período letivo, há ainda a realização do que a S.M.E de Americana denomina “Educadores em Ação: Relatos de Vivências dos Educadores”, que passou a acontecer na Rede Municipal a partir de 2000, com o objetivo de que haja socialização de trabalhos desenvolvidos em sala de aula, compartilhando experiências e estabelecendo trocas de saberes entre os docentes (Currículo 2004,p.128). Dentro da Formação Continuada há ainda o oferecimento de cursos externos, que ocorrem fora do horário de trabalho do profissional de educação com o objetivo de ampliação dos seus conhecimentos, no CEFEM (Centro de Estudos e Formação dos Educadores Municipais). O CEFEM foi criado pela S.M.E com a proposta central de investimento na formação em serviço do professor.

A Secretaria Municipal reconhece a validade de valorização do quadro de magistério que desenvolve as atividades pedagógicas das escolas de sua Rede e tem investido nisso, como foi possível perceber nas iniciativas que tem proposto e que foram relatadas neste último item do capítulo II do presente trabalho.

No próximo capítulo voltarei às questões que deram origem a realização dessa pesquisa, refletindo sobre elas, especialmente no que diz respeito ao investimento financeiro que é realizado na educação em Americana.

Capítulo III

Quanto custa o investimento em educação na cidade de Americana?

Na introdução deste trabalho foram enunciadas as inquietações que impulsionaram a realização desta pesquisa. Ter conhecido uma escola diferente das demais em todos os aspectos e não somente pela extensão do horário de atendimento aos alunos que nos CIEPs ocorrem em período integral, conforme foram relatados nos itens que compuseram o capítulo II, trouxe a necessidade de conhecer a história dos CIEPs como projeto político-partidário e a experiência dessas escolas originalmente no estado do Rio de Janeiro, que fora exposta no capítulo I do

presente trabalho. Estar inserida no contexto educacional destas escolas, na experiência dos CIEPs em Americana, trouxe também a necessidade de saber o quanto custa investir em escolas de período integral. Durante a realização desta pesquisa, busquei especificamente refletir a condução da experiência dos CIEPS de Americana pelos dirigentes responsáveis pela educação no município.

Para tanto, foi necessário um levantamento de informações sobre o complexo sistema de financiamento da educação brasileira. A leitura dos estudos de pesquisadores sobre esse tema mostrou o quanto é dificultado o acesso à documentação necessária para desvendar o orçamento educacional ou quando não a nossa ignorância em não saber como e onde buscar esses dados e mais ainda: que temos o direito assegurado pela Constituição Federal da divulgação dessas informações. O artigo 165, § 3º da Constituição Federal determina a publicação por parte dos governantes, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, em Diário Oficial ou em jornal local que seja utilizado para a divulgação de atos oficiais o relatório resumido da execução orçamentária.

Davies, em seus estudos sobre o financiamento da educação básica no Brasil, recomenda a análise de documentos integrais produzidos pela Secretaria da Fazenda, pois alerta para a excessiva agregação de dados de tais resumos orçamentários. Atualmente, com a facilidade que a Internet proporciona na divulgação de informações, dados sobre as receitas e as despesas dos governos geralmente são encontrados nas páginas oficiais que estes mantêm na rede. Essa foi uma das maneiras encontradas para ter acesso à documentação contábil da Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Americana. Possibilitado o acesso, foi constatada a complexidade existente também em tais documentos que trazem informações pouco detalhadas para análise por parte do cidadão comum, como é possível perceber no relatório abaixo:

MUNICÍPIO:	AMERICANA	PERÍODO:	4º TRIMESTRE	2005			
RESUMO CONSOLIDADO							
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS		TRIMESTRE	ACUMULADA	ORÇADA			
Receitas Próprias		10.958.388,20	48.147.299,88	45.308.000,00			
Receitas de Transferências da União		7.029.961,56	24.932.809,72	21.572.000,00			
Receitas de Transferências do Estado		25.046.319,02	103.076.891,48	84.164.000,00			
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS		43.034.668,78	176.157.001,08	151.044.000,00			
VALOR DA ALICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA (Caput art. 212 da CF ou Percentual da LOM)		10.758.667,20	44.039.250,27	37.761.000,00			
RECURSOS ADICIONAIS (APLICAÇÃO 100%)		TRIMESTRE	ACUMULADA	ORÇADA			
Resultados de Aplicação Financeira		9.295,78	99.303,06	101.000,00			
Convênios e Outros		794.804,09	2.710.638,37	2.203.000,00			
F.M.D.E.F. V.M.		2.790.011,24	10.445.771,62	8.125.000,00			
Operações de Crédito		0,00	0,00	0,00			
TOTAL GERAL DOS RECURSOS ADICIONAIS		3.594.111,11	13.255.713,05	10.429.000,00			
TOTAL GERAL DAS RECEITAS (R+C)		14.352.778,31	57.294.963,32	48.190.000,00			
APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		TRIMESTRE	%	ACUMULADO	%	PAGO	%
1) APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ESPECIAL		6.825.129,39	15,86	18.602.826,22	10,56	14.917.339,62	8,47
2) APLICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL		*					
Despesas do Ensino Fundamental com Recursos de Impostos (Quadro 02)		5.010.259,64		10.179.816,02		7.866.054,06	
Despesas do Ensino Fundamental of Recursos do Fundef Auferidos no Exercício (Quadro 03)		4.375.824,10		9.805.728,12		7.836.203,59	
Despesa Total no Ensino Fundamental		9.386.083,74		19.985.544,14		15.702.257,65	
+ Valor Efetivamente Retido ao Fundef (Diferença Positiva entre a Conta Retificadora menos Retorno Fundef)		1.817.197,87		6.674.748,70		6.674.748,70	
- Parcela Empenhada do Gêmbio Líquido do Fundef (Plus Aplicado)		0,00		0,00		0,00	
APLICAÇÃO EFETIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL		11.203.281,61	26,03	26.660.292,84	15,13	22.377.006,35	12,70
Aplicação Mínima Obrigatória (60% dos recursos ref. caput art.212 da CF)		6.455.200,32	15,00	26.423.550,16	15,00	26.423.550,16	15,00
APLICAÇÃO A MAIOR NO ENSINO FUNDAMENTAL		4.748.081,29	11,03	236.742,68	0,13	(4.046.543,81)	(2,30)
3) APLICAÇÃO FINAL (Caput art.212 CF ou percentual da L.O.M.) D.1+D.2		18.028.411,00	41,89	45.263.119,06	25,69	37.294.345,97	21,17
Aplicação Mínima Obrigatória		10.758.667,20	25,00	44.039.250,27	25,00	44.039.250,27	25,00
APLICAÇÃO TOTAL A MAIOR		7.269.743,81	16,89	1.223.868,79	0,69	(6.744.904,30)	(3,83)
FUNDEF - ART.60 CAPUT/ADCT/CF		TRIMESTRE	%	ACUMULADO	%	RECEBIDO/PAGO	%
1) RECURSOS DO FUNDEF + APLIC. FINANCEIRA		2.790.011,24	100,00	10.445.771,62	100,00	10.445.771,62	100,00
2) DESPESAS COM ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEF		*					
Despesas com Profissionais do Magistério em efetivo exercício (mínimo 60%)		4.005.179,87	143,55	9.294.117,22	88,97	7.473.675,39	71,55
Demais Despesas (máximo 40%)		472.396,09	16,93	818.987,68	7,84	669.904,98	6,41
TOTAL GERAL APLICADO		4.477.575,96	160,49	10.113.104,90	96,82	8.143.580,37	77,96
RECURSOS ACUMULADOS NÃO APLICADOS		(1.687.564,72)		332.666,72		2.302.191,25	
POSIÇÃO FINANCEIRA		TRIMESTRE		ACUMULADO			
REPASSES DECENDAIS - ART.69,§5º, LEI 9.394/96		*					
Repasse Efetuado (Quadro 06 - Letra "B")				8.444.642,23			24.789.384,29
(-) Mínimo Obrigatório (25% ou Percentual Definido na L.O.M das Receitas de Impostos menos Conta Retificadora do Fundef)				6.253.209,95			27.226.106,73
REPASSES ACUMULADOS A MENOR				2.191.432,29			(2.436.722,44)

Fig. 9- Relatório da Secretaria Municipal da Fazenda da cidade de Americana com o resumo consolidado dos dados contábeis da Secretaria da Educação do município durante o 4º trimestre de 2005.

Aos pesquisadores, torna-se necessário conhecer as técnicas jurídico-financeiras dos órgãos estatais para terem condições de analisá-las. Melchior, pesquisador na área de financiamento educacional, nos coloca a importância da pormenorização dos dados utilizados para análise desses documentos:

“Quanto mais desagregado e detalhado for um orçamento, maior a possibilidade de controle da sociedade sobre os recursos públicos(...) O nível de detalhamento do orçamento- programa ainda não é suficiente para um efetivo controle social. Resta aos que se interessam por essa questão a alternativa de recorrer aos órgãos de elaboração orçamentária que possuem as condições para desagregar os dados do orçamento e, portanto, facilitar o controle de sua execução. A forma sintética como o orçamento é levado ao público dificulta seu controle até mesmo pelos especialistas.” (Melchior, 1991, p.273)

Frente à dificuldade de compreensão dos dados que a Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Americana divulga, foi preciso recorrer à Secretaria Municipal de Educação no intuito de encontrar ali alguém mais familiarizado com os documentos produzidos pela Secretaria da Fazenda sobre o orçamento referente à pasta da educação no Município. Na S.M.E algumas

supervisoras indicaram-me o Diretor de Educação Básica, Perci Moreira como a pessoa capaz de fornecer as informações sobre o custo da manutenção das escolas municipais de períodos parciais (EMEFs) e de período integral (CAIC e CIEPs). Por meio de sua secretária, foi agendada uma conversa com Perci sobre a realização deste trabalho.

Em setembro de 2006 estive na S.M.E para conversar informalmente com o Diretor de Educação Básica, Perci Moreira, professor de matemática com extensa carreira na região de Americana e na Rede Municipal, já fora diretor do CIEP do bairro Zanaga e da EMEF “Paulo Freire”. Passou também pela diretoria da Unidade de Assistência ao Educando- Merenda Escolar, foi supervisor de serviços na S.M.E e desde 2005 atua como Diretor de Educação Básica. Em meio à telefonemas recebidos em sua sala, pude expor meu trabalho e minha intenção de nele incluir as informações sobre o custo de manutenção das escolas municipais de períodos parciais e de período integral da Rede Municipal de Americana. Perci gentilmente mostrou-me um relatório que recebera há pouco da Secretaria da Fazenda e que socializara com as supervisoras educacionais em reunião que acontecera antes de atender-me. Trata-se do relatório abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA
SECRETARIA DE FAZENDA
UNIDADE DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
Saldo das Dotações Orçamentárias por Unidade(Ficha)

(Página: 1 / 1)

Data: 28/08/2006 08:14
 Sistema CECAM

Período Dezembro de 2006						
Unidade 12.01.00 à 12.05.99						
Unidade Func/Prog	Categ.Econ. Especificação	Ficha	Dotação Atual	Empenhado	Reservado	Saldo
12.00.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					
12.01.00	GABINETE E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO SECRETÁRIO					
12.3650033.2030	MANUT.DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					
3.1.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	82	400.000,00	229.776,08	0,00	170.223,92
3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	83	600.000,00	322.156,10	56.966,42	220.877,48
4.4.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	84	100.000,00	2.142,00	0,00	97.858,00
12.02.00	UNIDADE DE ENSINO FUNDAMENTAL					
12.3610034.2007	SUBVENÇÕES SOCIAIS					
3.3.50.00	TRANSF.À INSTT.PRIVADAS S/ FINS-LOCRAIT	85	151.000,00	150.055,70	0,00	944,30
12.3610034.2031	MANUT.DA UNID.DE ENSINO FUNDAMENTAL					
3.1.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	86	5.500.000,00	1.617.949,96	0,00	3.882.050,04
3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	87	5.909.000,00	4.774.113,86	992.196,28	142.689,86
4.4.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	88	200.000,00	115.948,40	55.826,00	28.225,60
4.5.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	89	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
12.3610035.0004	DÍVIDAS COM A PREVIDÊNCIA					
3.2.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	90	30.000,00	20.598,40	0,00	9.401,60
12.3610034.1009	PROJE OBRAS P/ ENSINO FUNDAMENTAL					
4.4.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	91	2.858.000,00	2.359.569,06	430.873,53	67.557,41
12.03.00	FUNDO DE MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL					
12.3610036.2032	MANUT.FUNDO MANUT.ENS.FUNDAMENTAL					
3.1.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	92	9.550.000,00	6.327.649,54	0,00	3.222.350,46
3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	93	230.000,00	38.185,76	0,00	191.814,24
4.4.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	94	350.000,00	242.450,00	0,00	107.550,00
12.3610036.1009	PROJE OBRAS P/ ENSINO FUNDAMENTAL					
4.4.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	95	460.000,00	460.000,00	0,00	0,00
12.04.00	UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL					
12.3650037.2007	SUBVENÇÕES SOCIAIS					
3.3.50.00	TRANSF.À INSTT.PRIVADAS S/ FINS LUCRATI	96	80.000,00	78.000,00	0,00	2.000,00
12.3650037.2033	MANUT.DA UNIDADE DE EDUC.INFANTIL					
3.1.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	97	10.465.000,00	7.352.738,87	0,00	3.112.261,13
3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	98	4.397.000,00	3.663.585,55	690.467,90	42.946,55
4.4.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	99	245.000,00	159.115,80	0,00	85.884,20
4.5.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	100	0,00	0,00	0,00	0,00
12.3650038.0004	DÍVIDAS COM A PREVIDÊNCIA					
3.2.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	101	365.000,00	27.517,09	0,00	337.482,91
12.3650037.1010	PROJE OBRAS P/ EDUCAÇÃO INFANTIL					
4.4.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	102	1.400.000,00	685.793,60	545.548,00	168.658,40
12.3670039.2034	MANUTENÇÃO DO ENSINO P/ DEFICIENTES					
3.1.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	103	400.000,00	182.886,65	0,00	217.113,35
3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	104	226.000,00	85.037,38	8.980,00	131.982,62
4.4.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	105	15.000,00	9.850,00	0,00	5.150,00
12.05.00	UNIDADE DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO					
08.2430040.2035	MANUT.DA UNID.DE ASSIST.AO EDUCANDO					
3.1.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	106	2.610.000,00	1.825.801,49	0,00	784.198,51
3.3.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	107	5.100.000,00	3.206.112,28	606.513,50	1.287.374,22
4.4.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	108	10.000,00	4.263,81	0,00	5.736,19
08.2430040.1011	PROJETOS E OBRAS P/ MERENDA ESCOLAR					
4.4.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	109	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
12.3660041.2036	CONC.BOLSAS DE ESTUDO REEMBOLSÁVEIS					
4.5.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	110	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
TOTAL GERAL...			51.666.000,00	33.941.297,38	3.387.371,63	14.337.330,99

Fig. 10- Relatório enviado pela Secretaria Municipal da Fazenda da cidade de Americana à Secretaria de Educação do município para acompanhamento do orçamento no ano de 2006

Mostrando-me a complexidade do documento que tinha em mãos, falou-me que ao assumir o cargo de Diretor de Educação Básica tentou colocar em prática um trabalho que possibilitasse conhecer com exatidão o custo de manutenção das escolas da Rede Municipal, separadamente, mas que pela falta de condições, de um sistema informatizado que viabilize detalhar as receitas e despesas da Secretaria

Municipal de Educação, isso ainda não aconteceu. Explicou-me que cada item do relatório enviado pela Secretaria da Fazenda é apresentado por um número-código que diz respeito a um tipo de receita ou despesa específica que ele conhece por lidar com essas informações rotineiramente. Seria necessário, segundo ele, o auxílio dos diretores das escolas municipais para levantar dados sobre as receitas e despesas de cada U.E (unidade escolar) e diante das dificuldades encontradas para que esse levantamento se efetivasse, lamentou-se informando-me que, atualmente, a S.M.E trabalha apenas com a estimativa de que um aluno de CIEP (escola de período integral) representa um investimento 30% maior que o necessário para manter um aluno de EMEF (escola de períodos parciais).

Dada às dificuldades encontradas para o levantamento de informações necessárias para elaboração de análise precisa sobre as receitas e despesas da S.M.E da cidade de Americana, devido ao tempo necessário para realização de tal tarefa, que segundo os pesquisadores da área demanda anos de dedicação para que seja efetuado um trabalho científico rigoroso e bem fundamentado sobre o investimento de recursos públicos na educação. Quanto à isso, Davies destaca:

“...não basta acompanhar a execução orçamentária a partir da documentação, é preciso sair a campo e verificar se obras de construção e reforma de escolas lançadas na documentação foram efetivamente realizadas, se houve superfaturamento nelas, se as despesas com pessoal são sobretudo com os profissionais da educação envolvidos na atividade-fim, e não com assessores e burocratas que incham improdutivamente as secretarias. Tal controle social se mostra imprescindível porque o Tribunal de Contas na maioria dos casos não verifica in loco a execução das despesas, limitando-se quase sempre a um exame puramente contábil, no papel, o que permite toda sorte de manipulações contábeis por parte dos governantes...” (Davies, 2001, p.71)

A estimativa que a S.M.E tem de que um aluno de CIEP custe 30% a mais que um aluno de EMEF na Rede Municipal não considera os gastos existentes na implementação de tal projeto, desde a construção do prédio escolar que necessita de espaço mais amplo, uma vez que os alunos circulam neste espaço durante o período de nove horas (das 7 às 16 horas), a existência de uma equipe docente responsável pela parte diversificada da grade curricular em cada CIEP, a necessidade de alimentação balanceada e diferenciada oferecida aos alunos em quatro refeições diárias (café da manhã, lanche, almoço e café da tarde) entre outras particularidades de uma escola que atende alunos em período integral.

De fato, o contato com uma experiência concreta de escola pública de tempo integral proporcionou-me constatar que é preciso maior investimento¹ (não apenas de 30% a mais, de acordo com a estimativa do Diretor de Educação Básica da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Americana, Perci Moreira) de recursos públicos para a viabilidade de uma escola pública que atende alunos em período integral visando o desenvolvimento de um ensino de qualidade.

Considerações finais

Mesmo não respondendo satisfatoriamente as inquietações iniciais que impulsionaram a realização dessa pesquisa, é possível perceber que conhecer e compreender um pouco mais do complexo sistema de financiamento da educação pública brasileira é mais que um direito, é dever do exercício de nossa cidadania e como educadores temos a responsabilidade não só de buscar esse entendimento como também de conscientizar nossos alunos para a importância de acompanhar o uso que os governantes que elegemos fazem dos recursos públicos de nosso país, nas esferas federais, estaduais e municipais.

Políticas públicas como a criação de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Lei 9424/96) - FUNDEF, são importantes para educação, entretanto não garantem a expansão do atendimento escolar em horário integral, pois como fator inibidor do investimento que esse atendimento demanda, determina que a distribuição de

¹ Atualmente, a prefeitura investe uma quantia superior à 2 milhões de reais apenas na construção de mais um

recursos do fundo seja calculado pelo número de alunos matriculados (artigo 2, §1º), estimulando, portanto a expansão quantitativa do sistema escolar de Ensino Fundamental e não qualitativa. A política do FUNDEF acaba tornando desinteressante, do ponto de vista financeiro, o investimento em escolas onde o espaço de salas seria ocupado durante toda a jornada escolar diária com o mesmo número de alunos, embora o fundo não tenha sido criado com esse objetivo. A diminuição do número de turnos das escolas ocasiona a demanda na construção de novas escolas, o que sairia muito mais caro.

Em Americana, essas escolas públicas que funcionam em período integral -CIEPs-, são mantidas há quinze anos muito mais por idealismo político do que por interesse político-partidário de promoção pública dos governantes.

“Os dirigentes não são administradores da educação por acidente. Administrar e gerir a educação no município é o seu papel. O uso de conhecimento especializado e da visão política é, portanto, fundamental para a consolidação dos objetivos da educação na complexidade social da qual faz parte...” (Ferreti in: Bueno, Oliveira e Martins- orgs-2004- p.126)

Manter essas escolas é privilégio para poucos municípios e Americana é hoje uma cidade bem desenvolvida, que abriga muitas indústrias, sendo referência no setor têxtil, gerando recursos próprios do município que são revertidos para relevantes investimentos na área social, incluindo aqui área educacional. A cidade de Americana atualmente pode ser considerada não só pelo prestígio e destaque econômico, como também e principalmente pelo investimento numa educação pública de qualidade por meio do oferecimento do Ensino Fundamental em período integral nos CIEPS da Rede Municipal de Ensino.

“Não há como passar despercebida a diversidade dos estilos político-administrativos entre municípios administrados por integrantes de diversos partidos políticos com diferentes formas de conceber a educação.” (Ferreti in: Bueno, Oliveira e Martins- orgs-2004-p. 117)

A experiência docente na Rede Municipal de Ensino de Americana proporcionou-me essa visão destacada na citação acima, frente à realidade educacional que conheci em outros municípios da Região Metropolitana de Campinas nos quais já lecionei.

A escola pública de tempo integral é desafio para o Brasil, como foi bem colocado no título de um livro que traz estudos sobre esse tema (Paro,1998). Atualmente, o Governo do Estado de São Paulo mantém algumas de suas escolas de Ensino Fundamental funcionando em período integral. Em

meio às polêmicas quanto à ausência de infra-estrutura para atender os alunos em período integral, o projeto foi lançado no final de 2005 e iniciado no período letivo de 2006. No grupo de discussão NEEPHI (Núcleo de Estudos Escola Pública de Horário Integral)² a cada dia encontra-se maior número de pessoas interessadas em debater e trocar informações que estão relacionadas à escola de tempo integral. O assunto vem sendo cada vez mais divulgado pela mídia.

As discussões em torno da escola pública de tempo integral foram iniciadas e é uma tendência atual do meio acadêmico ligado à área da educação. Por tratar-se de política pública educacional inserida nos programas de governos estaduais e federal de muitos candidatos nas últimas eleições para Governador de Estado e Presidente da República, realizada em outubro de 2006, tal tendência tende a crescer. Quanto aos CIEPs, estes representam "... a ousadia necessária para romper com a tradição de políticas e prioridades que não saem do papel..." (Brandão, 1989).

Americana possui hoje uma experiência concreta de escola pública de tempo integral que existe há quinze anos. Portanto, tem muito a contribuir para aprofundamento do debate sobre as questões que envolvem tal política pública educacional, na busca de identificar as concepções de qualidade de ensino construídas no interior destas escolas que tem propostas pedagógicas diferenciadas das escolas que atendem seus alunos em períodos parciais.

Referências Bibliográficas

BORGES, Zacarias Pereira. **Política e Educação: análise de uma perspectiva partidária.**

Campinas, SP. Graf. FE, Hortograph, 2002.

BRANDÃO, Zaia. **A escola de 1º grau em tempo integral: "as lições da prática".**

In: Revista Educação e Sociedade nº 32. São Paulo: Cortez, abril de 1989. P. 116-129.

² Grupo de discussão criado por este núcleo de estudos que existe na UniRio (Universidade do Rio de Janeiro)

BRASIL, Lei 9424, de 24/12/96 (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério e dá outras providências).

_____ Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, de 20/12/96, publicada no DOU em 23/12/96.

COELHO, Lúcia Martha Coimbra da Costa; CAVALIERE, Ana Maria Vilela (organizadoras). **Educação brasileira e(m) tempo integral**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p.236.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. 2ª edição. SP: Cortez; Niterói; RJ: Editora da Universidade federal Fluminense; Brasília, DF: FLASCO do Brasil, 1995. 495 p.

DAVIES, Nicholas. **O FUNDEF e as verbas da educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

_____ **O FUNDEF e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

FERRETI, Jane Shirley Escodro. **Poder local e o dirigente municipal de ensino**. In:BUENO, Maria Sylvia Simões; MARTINS, Ângela Maria; OLIVEIRA, Cleiton de (orgs). **Descentralização do Estado e Municipalização do Ensino: problemas e perspectivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004

GHIRALDELLI Junior, Paulo. **História da Educação**. SP: Cortez Editora,1990. 240 p.

LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS DE AMERICANA

Regimento das Escolas Municipais do Ensino Fundamental de Americana.

Decreto nº 5312, de 20/08/2001

Lei Orgânica do Município de Americana. 04 de Abril de 1990.

Currículo - 2004: proposta de reforma e reestruturação/ Ensino Fundamental. Dezembro de 2003.

Plano de Carreira e Salários dos Integrantes do Quadro do Magistério Público Municipal de Americana. Lei Nº 4053, de 01 de Julho de 2004.

MELCHIOR, José Carlos de Araújo. **Financiamento da Educação: Gestão Democrática dos Recursos Financeiros Públicos em Educação**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.

Brasília, DF. v. 72, n.172, p. 262-290, set.- dez. 1991.

PARO, Vitor Henrique, et al. **Escola de tempo integral: desafio para o ensino público**. SP: Autores Associados, 1988. 232 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA. In: Revista **CIEP- Educação Integral: Construindo a cidadania**. Americana, SP. 11p.

_____ In: Revista **Educação- Boletim Informativo da Secretaria de Educação de Americana**. Publicações do ano II e III.

RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**. RJ: Bloch Editores S.A , 1986. 152 p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AMERICANA. **Relatórios- Contas Públicas**. Disponível em: www.americana.sp.gov.br. Acesso em: 13/09/2006.

STOCK, Suzete de Cássia Volpato. **Entre a paixão e a rejeição: um quadro histórico-social dos CIEPs**. Americana, SP: Gráfica e Editora Adonis, 2004. 223 p.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil: textos selecionados**. Rio de Janeiro: MEC, 1976.

Atualmente, está sendo construído o sexto CIEP, no bairro Jaguari, com previsão para entrar em funcionamento em 2007. Segundo o atual Diretor da Educação Básica da Secretaria Municipal de Educação, Perci Moreira¹⁴, os gastos com transporte feito pela prefeitura de alunos deste bairro para escolas distantes, acabarão com a entrega de mais um CIEP à população americanense.

É possível perceber que todas as discussões em torno dos CIEPs, tanto no estado do Rio de Janeiro como na cidade de Americana-SP, estavam relacionadas predominantemente aos aspectos políticos em detrimento das questões educacionais¹⁵. Na próxima etapa desta pesquisa, caracterizarei o sistema de ensino da Rede Municipal de Americana, expondo com mais profundidade o funcionamento dos CIEPs, como política pública educacional que atende o aluno em tempo integral.

¹⁴ Em setembro de 2006 agendei um encontro com o professor Perci Moreira, Diretor da Educação Básica, na SME (Secretaria Municipal de Educação). Informações importantes foram levantadas através da conversa que tive com o mesmo, especialmente em relação à gestão dos recursos financeiros destinados à pasta da Educação pela SME, assunto que será tratado no terceiro capítulo deste trabalho.

¹⁵ Especialmente no Rio de Janeiro, há um grupo de pesquisadores da UNIRIO, o NEEPHI- Núcleo de Estudos-Escola Pública de Horário Integral- que tem produzido, atualmente, pesquisas científicas com reflexões relevantes acerca da escola pública de tempo integral.